



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

ALEXCIANE ASSIS DE LIMA

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE
PERNAMBUCO: uma corrida desigual entre “elas”**

Recife

2020

ALEXCIANE ASSIS DE LIMA

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE
PERNAMBUCO: uma corrida desigual entre “elas”**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas.

Área de concentração: Políticas Públicas

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mariana Batista da Silva

Recife

2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

L732p Lima, Alexciane Assis de.
Participação política feminina na Assembleia Legislativa de Pernambuco : uma corrida desigual entre “elas” / Alexciane Assis de Lima. – 2020.
89 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mariana Batista da Silva.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Recife, 2020.
Inclui referências e apêndices.

1. Política pública. 2. Participação política. 3. Mulheres – Atividades políticas. 4. Poder (Ciências Sociais). 5. Eleições. I. Silva, Mariana Batista da (Orientadora). II. Título.

320.6 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2021-027)

ALEXCIANE ASSIS DE LIMA

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE
PERNAMBUCO: uma corrida desigual entre “elas”**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas.

Área de concentração: Políticas Públicas

Aprovada em: 07/12/2020

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a. Dra. Mariana Batista da Silva (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a. Dra. Andrea Quirino Steiner (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a. Dra. Michelle Vieira Fernandez de Oliveira (Examinadora Externa)
Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

Ser cúmplice, estar presente, dividir e compartilhar não foram apenas palavras. Manifestaram-se por meio de atitudes deliberadas. Esses foram os componentes de uma combustão que aqueceu os meus momentos de frio: “frio na barriga”, “frio na espinha”...

Então, o que seria de mim sem esses seres “oxigenados” na minha vida?

Impossível esquecer daqueles que junto comigo dançaram essa ciranda.

E como não se dança ciranda sozinha, quero agradecer a cada mão que se juntou a mim, formando essa roda.

Agradeço às mãos da Turma IV do Mestrado Profissional em Políticas Públicas da UFPE.

Agradeço às mãos das minhas irmãs. Das minhas três irmãs!

Agradeço ao meu marido, por pegar nas minhas mãos e aceitar dançar comigo várias cirandas. Por suas mãos que dividem, compartilham e aquecem!

E à Mão criadora, que mede com justiça, que renova, que ergue, que conduz. À mão do Arquiteto do universo, Deus pai, cuidador! Sim, essa mão me trouxe até aqui e me presenteou com mais duas mãozinhas para eu pegar, cuidar, guiar e, sempre que cair, levantar.

A essas mãos, minha gratidão!

“Essa ciranda não é minha só. Ela é de todos nós, ela é de todos nós” (Lia de Itamaracá In: SESC, 2003).

Porque Neném não volta para a barriga. Agora você tem que seguir!
(Frase tirada de um sonho)

RESUMO

As mulheres compõem 51,8% da população brasileira, conforme dados da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) de 2019. No entanto, no que diz respeito à presença feminina nos espaços de poder e decisão, esse quantitativo não segue uma proporcionalidade. Resultado de um processo histórico, que relegou às mulheres a esfera privada, destinando-lhes um papel secundário na sociedade, refletindo no exercício da cidadania e, por conseguinte, na consolidação da democracia participativa, a sub-representação feminina no âmbito do poder do Estado é alvo de várias pesquisas e debates que tangem a inclusão do termo “gênero” na formulação de políticas públicas, visando alcançar as diversas esferas institucionais. Diante disso, nos propomos a analisar a corrida eleitoral entre mulheres candidatas ao cargo de deputada estadual em Pernambuco, nos pleitos de 2010, 2014 e 2018, destacando a presença/ausência de possíveis atributos que podem catalisar o efetivo aumento do percentual de votos de algumas candidatas. Por meio de modelos sugeridos pela ferramenta estatística, tal qual: Regressão Linear Múltipla – as preditoras capital social e político, parentesco e o financiamento de campanha demonstraram ser significativas na previsão do fenômeno analisado. Diante disso, acreditamos que o presente trabalho nos trará subsídios para refletir sobre o assunto, fomentando futuras pesquisas, proporcionando o aprimoramento de aparatos institucionais que favoreçam e ampliem as possibilidades de inserção das mulheres nos espaços políticos e de decisão, corrigindo possíveis discrepâncias relacionadas à representação de gênero.

Palavras-chave: Participação Política Feminina. Aumento do Percentual de Votos. Recursos Políticos. Espaço Público e Privado. Regressão Linear Múltipla.

ABSTRACT

Women represent 51.8% of the Brazilian population, according to data from the PNAD Continua (Continuous National Household Sample Survey) of 2019. However, concerning the female presence in the spaces of power and decision, this number does not seem to be proportional. Result of a historical process, which relegated women to the private sphere and assigned them a secondary role in society, which reflected in the exercise of citizenship and, as a result, in the consolidation of participatory democracy, female under-representation within the scope of State power is the target of several pieces of research and debates that involve the inclusion of the term “gender” in the formulation of public policies, aiming to reach the various institutional spheres. Considering that, it is proposed to analyze the electoral competition among women who are candidates for state deputy, in Pernambuco, in 2010, 2014, and 2018 elections, highlighting the presence/absence of possible attributes that can catalyze the effective increase in the percentage of votes of some candidates. Through models suggested by the statistical tool, such as Multiple Linear Regression - the predictors of social and political capital, kinship, and campaign financing proved to be significant in predicting the analyzed phenomenon. Therefore, it is believed that the present work will provide support to reflect upon the subject, encouraging future research, providing the improvement of institutional apparatus that favor and expand the possibilities of inclusion of women in political and decision-making spaces, correcting possible discrepancies related to the representation of gender.

Keywords: Women's Political Participation. Increase in the Percentage of Votes. Political Resources. Public and Private Space. Multiple Linear Regression.

LISTA DE FIGURA

Figura 1 -	Reprodução dos clãs políticos	40
Figura 2 -	Capital delegado e capital convertido.....	46
Figura 3 -	Demonstração do <i>pool</i> da elegibilidade.....	48
Figura 4 -	Modelo para exemplificação de diagrama de dispersão	57
Figura 5 -	Diagrama de dispersão Fincamp (X) - Percvotos (Y), 2010.....	61
Figura 6 -	Diagrama de dispersão log Fincamp (X) - Percvotos (Y), 2010.....	62
Figura 7 -	Diagrama de dispersão Fincamp (X) - Percvotos (Y), 2014.....	64
Figura 8 -	Diagrama de dispersão log Fincamp (X) - Percvotos (Y), 2014.....	64
Figura 9 -	Diagrama de dispersão Fincamp (X) - Percvotos (Y), 2018.....	66
Figura 10 -	Diagrama de dispersão log Fincamp (X) - Percvotos (Y), 2018.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Grau de magnitude da correlação	55
Tabela 2 -	Teste de variância (Levene), 2010.....	62
Tabela 3 -	Coeficiente de Correlação para dados não paramétricos, 2010	63
Tabela 4 -	Teste de variância (Levene), 2014.....	65
Tabela 5 -	Coeficientes de correlação para dados não paramétricos, 2014	65
Tabela 6 -	Teste de variância (Levene), 2018.....	67
Tabela 7 -	Coeficientes de correlação para dados não paramétricos, 2018	67
Tabela 8 -	Resumo das estatísticas do modelo final ajustado - 2010.....	69
Tabela 9 -	Resumo das estatísticas do modelo final ajustado - 2014.....	71
Tabela 10 -	Resumo das estatísticas do modelo final ajustado - 2018.....	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Apresentação das variáveis.....	50
Quadro 2 - Informações candidaturas, eleições 2010	51
Quadro 3 - Informações candidatas, eleições 2014.....	52
Quadro 4 - Informações candidatas, eleições 2018.....	52

LISTA DE SIGLAS

Adin	Ação Direta de Inconstitucionalidade
Alep	Assembleia Legislativa de Pernambuco
CMM	Conferência Mundial da Mulher
CP	Capital Político
CS	Capital Social
Drap	Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários
EC	Emenda Constitucional
Fincamp	Financiamento de Campanha
IPU	União Interparlamentar
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
Percvotos	Percentual de votos
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
STF	Supremo Tribunal Federal
TER	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	15
1.2	OBJETIVOS	16
1.2.1	Objetivo geral.....	16
1.2.2	Objetivos específicos.....	17
1.3	JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÕES.....	17
1.4	ESTRUTURAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	17
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
2.1	O PERCURSO E PERCALÇOS DA INSERÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE DECISÃO E PODER.....	19
2.2	O LUGAR DO FEMININO NA HISTÓRIA	23
2.3	A DICOTOMIA ENTRE O PÚBLICO E PRIVADO	25
2.4	PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA E OS ENTRAVES INSTITUCIONAIS.....	26
2.5	MULHERES E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	29
2.6	SOBRE O CAPITAL SOCIAL COMO DIFERENCIAL NA CORRIDA ELEITORAL	33
2.7	SOBRE PARENTESCO E SUA INFLUÊNCIA NAS ELEIÇÕES PARTIDÁRIAS.....	36
2.8	ELEIÇÃO E FINANCIAMENTO DE CAMPANHA FEMININA.....	41
2.9	SOBRE CAPITAL POLÍTICO E NÚMERO DE MANDATOS.....	44
2.10	O <i>POOL</i> DA ELEGIBILIDADE.....	47
3	METODOLOGIA.....	50
3.1	APRESENTAÇÃO DAS VARIÁVEIS, AMOSTRAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE COLETA DE DADOS.....	50
3.1.1	Procedimentos metodológicos.....	52
3.1.2	Instrumentos para analisar e interpretar os dados	53
3.1.3	Correlação de variáveis.....	54
3.1.4	Análise do coeficiente de correlação de Pearson x Spearman	54
3.1.5	Análise do diagrama de dispersão.....	56

3.1.6	Teste de normalidade e homogeneidade	57
3.1.7	Regressão linear múltipla (RLM).....	58
4	ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÕES.....	61
4.1	ANÁLISE DOS RESÍDUOS E TESTE NÃO PARAMÉTRICO – ELEIÇÕES 2010	61
4.2	ANÁLISE DOS RESÍDUOS E TESTE NÃO PARAMÉTRICO – ELEIÇÕES 2014	63
4.3	ANÁLISE DOS RESÍDUOS E TESTES NÃO PARAMÉTRICOS – ELEIÇÕES 2018	65
4.4	RESUMO DOS RESULTADOS DAS CORRELAÇÕES.....	68
4.5	SAÍDAS REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA.....	68
4.5.1	Resultados - eleições 2010	69
4.5.2	Resultados - eleições 2014	71
4.5.3	Resultados - eleições 2018	72
4.6	DISCUSSÕES E RESULTADOS.....	73
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
	REFERÊNCIAS.....	79
	APÊNDICE A – APÊNDICE A – TESTES DE NORMALIDADE DAS AMOSTRAS (2010, 2014 E 2018)	84
	APÊNDICE B – COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO (2010).....	85
	APÊNDICE C – COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO (2014)	86
	APÊNDICE D – COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO (2018)	87
	APÊNDICE E – SUMÁRIO DO MODELO DE REGRESSÃO	88

1 INTRODUÇÃO

As mulheres compõem 51,8% da população brasileira, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) de 2019¹. No entanto, no que diz respeito à presença feminina nos espaços de poder e decisão, esse quantitativo não segue uma proporcionalidade.

Resultado de um processo histórico, que relegou às mulheres a esfera privada, destinando-lhes um papel secundário na sociedade, refletindo no exercício da cidadania e, por conseguinte, na consolidação da democracia participativa, a sub-representação feminina no âmbito do poder do Estado é alvo de várias pesquisas e debates que tangem a inclusão do termo “gênero” na formulação de políticas públicas, visando alcançar as diversas esferas institucionais.

A inclusão do tema como pauta de reivindicação dos movimentos sociais e feministas tem alcançado, de forma tímida e gradativa, mudanças na composição dos cargos eletivos de natureza proporcional. Diante dessa realidade, a eficiência da cota eleitoral de gênero é constantemente invocada, desde a sua implementação como política pública, que visa tornar os espaços de decisão e poder mais representativos. Essa realidade não é apenas uma especificidade presente nos entes federativos do Brasil, a dificuldade de inserção das mulheres na política é de recorrência mundial.

A sub-representação feminina nas instâncias de poder produz consequências que incidem na formulação e implementação de políticas públicas que versem sobre o ente feminino. No entanto, há controvérsias em relação a esse tipo de afirmação, trazendo à tona a discussão sobre representação e representatividade.

O que hoje vivemos em âmbito mundial é uma realidade que apenas tende a crescer: inclusão da agenda feminina nas discussões de idealização, construção e implementação de políticas públicas, por entender que é por meio desse processo que o exercício da igualdade de gênero poderá ser fomentado, promovendo o empoderamento feminino e, consequentemente, o acesso aos espaços de poder e decisão.

Diante do exposto, nos propomos a analisar o aumento do percentual de votos em mulheres candidatas ao cargo de deputada estadual em Pernambuco, nos pleitos de 2010, 2014 e 2018. Portanto, apresentamos um estudo, que, por meio de ferramentas quantitativas, buscou

¹ Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html#:~:text=Segundo%20dados%20da%20PNAD%20Cont%C3%ADnu,estimativa%20superior%20a%20das%20mulheres>. Acesso em: 30 set. 2020.

identificar fatores e características que de forma presente podem refletir no processo eleitoral, refletindo no aumento do percentual de votos.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

As raízes da sub-representação feminina estão cravadas no patriarcalismo, reafirmando a concepção do “contrato sexual” de Carole Pateman, sedimentando barreiras culturais e institucionais que dificultam o ingresso do ente feminino nas instâncias de poder.

A literatura que versa sobre o tema nos apresenta uma realidade de condições desiguais entre homens e mulheres, no que diz respeito à forma de ingresso na vida política (MIGUEL; BIROLI, 2014; SANCHES, 2017; SACCHET, 2012), sugerindo a ideia de que, para as mulheres chegarem ao mesmo espaço político dos homens, o caminho pode até ser o mesmo, porém o ponto de partida e a forma de percorrê-lo é bem diferente.

Dito isso, foi levado em consideração que os homens são sujeitos políticos privilegiados historicamente, com papel social diferente das mulheres e que as relações de gênero influenciam os padrões associativos, promovendo distintas oportunidades políticas. O que nos levou à inquietude de identificar, dentre vários aspectos, aqueles que mais favorecem e refletem nos números percentuais que uma mulher pode receber, enquanto candidata a deputada estadual em Pernambuco.

Considerando o pertencimento às mesmas raízes históricas de acesso à cidadania, nos propomos analisar a corrida eleitoral, apenas, entre o ente feminino, identificando e mensurando a presença/ausência de possíveis atributos que podem ter agido como catalizadores, provocando o aumento do percentual de votos.

Para tanto, lançaremos o olhar para as mulheres candidatas a deputada estadual em Pernambuco, no período de 2010 a 2018, visto que são pleitos posteriores à minirreforma eleitoral do ano de 2009, que tornou compulsória a porcentagem mínima de 30% e máxima de 70% de participação de um determinado gênero em qualquer processo eleitoral proporcional.

Com base nisso, realizamos a pesquisa com a finalidade de responder ao seguinte problema de investigação: O capital social e político, o parentesco e o financiamento de campanha aumentam o percentual de votos de mulheres candidatas a deputada estadual?

Reiteramos que não temos a intenção de realizar inferências comparativas entre candidatos e candidatas, considerando as variáveis de interesse, haja vista que, conforme já foi mencionado, os homens sempre estiveram à frente no quesito inserção na esfera pública, bem como na conquista dos direitos civis e participação política.

Ademais, conforme Sacchet (2012), homens e mulheres possuem capital social de tipo diferenciado, sendo eles, os homens, favorecidos no ingresso à carreira política, já que esses, pela própria forma de socialização, tendem a consolidar redes que geram recursos necessários para a vida pública.

Também não pretendemos classificar os atributos analisados como bons ou ruins. Aqui, iremos analisar se sua presença ou ausência pode influenciar no aumento do número percentual de votos.

Recentemente, Oliveira *et al.* (2020) conseguiram demonstrar, por meio de ferramentas estatísticas, que não só apenas o capital econômico teria um efeito positivo e significativo na probabilidade da eleição de mulheres para o cargo de deputada estadual em Pernambuco, como o capital social e o parentesco também incidiam, favorecendo o resultado eleitoral. Contudo, os atributos destacados, *per se*, não são capazes de refletir na quantidade de votos recebidos por uma candidata. O que aqui pretendemos demonstrar é que as relações profissionais, políticas e até mesmo familiares podem servir como catalisadoras, quando operadas para mobilizar recursos eleitorais.

Dessa forma, julgamos que o capital social e político o parentesco e o financiamento destinado para campanha aumentam o percentual de votos. Essa é a resposta antecipada ao fenômeno estudado, tratada como hipótese de pesquisa.

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos inerentes à pesquisa estão subdivididos conforme nível de abrangência. Apresentando-se como: o objetivo geral e objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar se entre as postulantes a deputada estadual em Pernambuco, o capital social e político, o parentesco e financiamento de campanha são atributos que aumentam o percentual de votos.

1.2.2 Objetivos específicos

Visando alcançar os resultados esperados, nos debruçamos nas etapas que se seguem:

- 1) Mapear as candidatas ao legislativo estadual no período de 2010 a 2018;
- 2) Mensurar o capital social e político das candidatas;
- 3) Verificar o parentesco das candidatas eleitas; e,
- 4) Identificar o valor do financiamento de campanha das candidatas.

1.3 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÕES

Acreditamos que a criação de aparatos institucionais que agem em favor da ampliação da participação feminina na esfera pública opera favorecendo a manutenção das elites políticas, considerando os resultados eleitorais. Tendo em vista que é possível identificar que as poucas mulheres que têm e tiveram assentos na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) possuem parentesco com alguma figura política ou estão ligadas a algum movimento ou entidade social.

Com isso, pressupomos que a existência de fatores subjacentes aos mecanismos de oportunidades de representação descritiva, tais quais: o parentesco, o financiamento de campanha, o capital social e político, contribuam para o aumento do percentual de votos e, em determinadas circunstâncias, refletindo no sucesso eleitoral.

Diante disso, acreditamos que o presente trabalho nos trará subsídios para refletir sobre o assunto, fomentando futuras pesquisas, proporcionando o aprimoramento de aparatos institucionais que favoreçam e ampliem as possibilidades de inserção de mulheres nos espaços políticos e de decisão, corrigindo possíveis discrepâncias na representação feminina de determinados grupos sociais.

1.4 ESTRUTURAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

O trabalho está dividido em seis capítulos, sendo o primeiro composto pela introdução, ao qual esta subseção está integrada. Em sequência, temos o segundo capítulo, que trata do referencial teórico ligado aos conceitos e abordagens inerentes à participação política feminina, seu papel nas esferas pública e privada e o impacto dessa construção social e histórica na inserção desse ente nos espaços de poder, bem como os atributos presentes e identificados naquelas que já alcançaram um mandato eletivo.

O terceiro capítulo foi destinado à apresentação dos procedimentos metodológicos para tratar o fenômeno estudado, além da apresentação das variáveis de interesse, ferramentas estatísticas, instrumento e modelo matemático de análise.

A seção seguinte, sendo essa a quarta, irá apresentar a análise dos dados e resultados estatísticos comprovando ou não as hipóteses levantadas. Finalizaremos com as considerações e limitações da pesquisa, na sexta e última seção.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção diz respeito ao estado da arte do tema em questão. Aqui, serão apresentados conceitos e perspectivas teóricas que subsidiarão o desenvolvimento da pesquisa, lastreando a análise e discussão conceitual sobre a participação feminina na arena política.

Tais abordagens remetem à importância de investimento em mecanismos institucionais que visem o efetivo exercício e aprofundamento da democracia, por meio da igualdade de oportunidades. O fato de as mulheres serem um dos últimos contingentes sociais a conquistar direitos políticos nas democracias contemporâneas, bem como a pouca consciência do reconhecimento da desigualdade de gênero e suas mazelas, tem refletido nos processos decisórios e na forma como se fazem e implementam determinadas políticas públicas.

2.1 O PERCURSO E PERCALÇOS DA INSERÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE DECISÃO E PODER

Alijadas historicamente da esfera pública, as mulheres foram socializadas para ocupar o espaço doméstico de cuidado e manutenção da família. Excluídas das arenas que pressupõem poder, o ser feminino é colocado social e politicamente às margens dos espaços decisórios institucionais.

Resultado da desigualdade de gênero, a sub-representação feminina não é uma realidade apenas nas instituições políticas do Brasil, esse é um problema identificado em diversas democracias contemporâneas. Quando o assunto é a presença de mulheres nos espaços de poder e decisão, ocupando cargos eletivos, esse é um tema amplamente discutido e inserido nas pautas de reivindicação dos movimentos feministas, subsidiando a criação de comissões nas organizações e regimes internacionais, que têm como objetivo tratar especificamente dos temas relacionados à igualdade de gênero, empoderamento feminino e à participação das mulheres nas instâncias decisórias, bem como fomentando alternativas de empoderamento das mulheres e a transversalidade das políticas públicas com a perspectiva de gênero, como a ONU Mulher, entidade das Nações Unidas (ONU) para a igualdade de gênero e a União Interparlamentar (IPU), organização global dos parlamentos nacionais, composta por 179 países membros. O que nos revela que a preocupação acerca dessa matéria é de âmbito mundial.

Segundo Biroli (2018), o caminho percorrido pelas mulheres para o exercício do voto, no Brasil, tem sido árduo, visto que o direito ao voto foi conquistado em 1932, exercitado a

partir de 1946, com o fim do Estado Novo e apenas com a promulgação da Carta Magna de 1988 que a população analfabeta passou a ter direito a votar nas eleições.

Para a autora, quando o assunto diz respeito à participação política feminina, existe algo mais do que o termo voto envolvido. Segundo a mesma, o direito de votar pode ser estabelecido como uma modalidade de pouca magnitude, no que tange à igualdade política, caso essa não seja acompanhada por oportunidades reais de se eleger. O que configura a exclusão sistemática das mulheres de se posicionarem nos espaços de decisão e formulação de leis e políticas vigentes no País, mesmo sendo elas (as mulheres) mais da metade da população brasileira.

É mister destacar que a formulação de leis, com caráter de ações afirmativas, no que se refere à questão de gênero, no âmbito das políticas públicas, adveio de conflitos internos e externos no âmbito político, por parte de movimentos sociais e feministas, mais expressivamente após a IV Conferência Mundial da Mulher (CMM), realizada em Pequim, no ano de 1995, pressionando os governantes a criarem medidas que diminuíssem a discrepância e a sub-representação feminina nas instâncias de decisão.

Conforme Rodrigues (2017), o projeto de cotas de gênero, difundido pela ONU e pela União Interparlamentar prevê três tipos de cotas, com a finalidade de ampliar a participação de mulheres na representação política: 1) Reserva de assentos para mulheres no parlamento; 2) Cotas de gênero legalmente exigidas para lista de candidatos; 3) Cotas voluntariamente constituídas pelos partidos.

No Brasil, medidas legislativas foram instituídas, a fim de corrigir construções sociais e históricas que comprometem a efetiva participação democrática das mulheres nas arenas políticas. Não obstante, o tipo de política de cota aqui implementado é o tipo 2: Cotas de gênero legalmente exigidas para lista de candidatos, sendo esse resultado de alterações propostas pelo projeto de Lei - PL 783, de 1995, tendo como autora a então deputada Marta Suplicy.

Conforme o referido projeto de lei, cada partido poderia registrar candidaturas para as eleições que obedecessem ao sistema proporcional, sendo, no mínimo, 30% das vagas destinadas a mulheres. Segundo o texto original, o registro de mulheres candidatas pelos partidos tinha um caráter opcional. A legislação que incorporou o tal projeto de lei reduziu as vagas para o mínimo de 20% de mulheres candidatas, conforme disposição do art. 11, §3º, na Lei nº9.100/1995.

Posterior a isso, com a minirreforma de 2009 (Lei nº 12.034), foi estabelecido no parágrafo 3º do artigo 10 da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), onde: “cada partido ou coligação preencheria o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo”.

Sendo substituída a expressão anterior “deverá reservar” por “preencherá”, o que significa que a distribuição dos percentuais entre os sexos passou a ser obrigatória e não mais facultativa. Dessa forma, a redação acabou tornando impositivo o preenchimento de vagas para as candidaturas femininas.

O que ultimamente temos presenciado, desde a Lei 12.034/2009, que obrigou os partidos políticos e/ou as coligações a respeitarem a proporção mínima de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada gênero, foi o advento de candidaturas femininas fictícias, conhecidas como “laranjas”, ou seja, candidaturas lançadas com o intuito de, numericamente, atingir o percentual exigido pela Lei, viabilizando os 70% das candidaturas masculinas.

Sobre isso, nos julgamentos de casos envolvendo esse tipo de candidatura, que visa apenas cumprir a cota de gênero, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tem sido rígido, firmando o entendimento de que se houver prova de fraude, robusta ou suficiente, a ponto de provar a ilicitude eleitoral, os candidatos envolvidos terão seus diplomas cassados, correndo o risco de ficarem inelegíveis.

Além disso, em março de 2018, visando garantir proteção jurídica à participação política das mulheres, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) julgaram a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) 5.617, decidindo, para as eleições ainda daquele ano, que, no mínimo, 30% dos recursos do Fundo Partidário, do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do tempo de propaganda gratuita deveriam ser destinados às candidaturas femininas.

Ademais, se somando a Adin 5.917, a Emenda Constitucional (EC) nº 97/2017 altera a Constituição Federal para vetar as coligações partidárias nas eleições proporcionais, estabelecendo normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuito no rádio e na televisão, dispondo sobre regras de transição, a partir do pleito de 2020, o que implicará mudança no ato de pedido de registro de candidaturas à Justiça Eleitoral, sobretudo, porque, com o fim das coligações, cada partido deverá, individualmente, indicar o mínimo de 30% de mulheres filiadas para concorrer ao pleito.

O que ocorreu é que, a partir de 2020, as legendas deverão encaminhar à Justiça eleitoral, juntamente com o Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (Drap), a lista das candidatas que concorrerão às eleições, respeitando o percentual mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Outrora, a indicação de mulheres para participar do pleito era por coligação e agora será por partido. Mudança que favorece a inserção de mulheres na política partidária, considerando que o partido não vai poder utilizar de mecanismos, junto a outros partidos, enquanto coligação, para atingir os 30%.

Atualmente, mesmo formando um pouco mais da metade do eleitorado do Brasil, especificamente 51,8%, as mulheres ocupam cerca de 15% das 513 cadeiras da Câmara Federal, o que representa, até o momento, a maior bancada feminina da história da Câmara². No Senado, nas últimas eleições houve redução no quantitativo de mulheres, de 13 para 12 senadoras. Dos 353 candidatos ao Senado, 62 eram mulheres, sendo eleitas apenas sete. Vale ressaltar que, em 20 estados, nenhuma mulher foi eleita senadora e em 3 deles não houve nomes femininos apresentados. Foi nas eleições de 2018 que o Distrito Federal e o estado da Paraíba elegeram a primeira senadora da história³.

Quanto aos resultados das recentes eleições municipais, foi evidenciado o quanto ainda está distante superar a sub-representação feminina nas instâncias de poder. Nas mais de 5 mil prefeituras do Brasil, apenas 12%, a partir de 2021, serão capitaneadas por mulheres, mesmo com um quantitativo significativo de registro de candidaturas e um número recorde de votação⁴.

Conforme levantamento apresentado pela Gênero e Número, por meio dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na maioria dos partidos, a representação feminina ainda está longe de alcançar a paridade, mesmo com a implementação da lei de cotas e do financiamento direcionado para candidaturas femininas, considerando que em 2020 aproximadamente 180 mil mulheres saíram como candidatas, representando apenas 34% do total de candidaturas registradas, com um pequeno crescimento de 0,1% para prefeitas e 1,3% para as vereadoras em comparação às eleições de 2016⁵.

Ainda segundo a publicação da Gênero e Números, em 2020, dos 33 partidos do Brasil apenas 3 cumpriram a cota de gênero em todos os municípios onde lançaram candidaturas, preenchendo o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo, ou seja, das candidaturas efetivamente lançadas por um partido político, 30% das vagas deverão ser destinadas ao gênero oposto ao da maioria, conforme previsto na Lei das Eleições. O que é lamentável, haja vista que em alguns municípios os partidos apresentaram apenas uma candidatura, sendo essa masculina, não se enquadrando em um descumprimento da Lei de cotas de gênero, considerando que essa se aplica a partir da apresentação de duas candidaturas.

² Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/553335-bancada-feminina-quer-acoes-para-aumentar-numero-de-mulheres-na-politica/>. Acesso em: 08 jan. 2021.

³ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/01/31/bancada-feminina-no-senado-diminui-em-2019>. Acesso em 07 jan. 2021.

⁴ Disponível em: <https://marcozero.org/o-que-os-numeros-dizem-sobre-a-participacao-das-mulheres-nas-eleicoes-2020/>. Acesso em: 08 jan. 2021.

⁵ Disponível em: <http://www.generonumero.media/trinta-partidos-nao-atingiram-cota/>. Acesso em: 07 jan. 2021.

Essa realidade vem reafirmar que mesmo com a adoção, desde 1997, de uma legislação específica para aumentar o quantitativo de mulheres ocupando cargos eletivos, ainda temos que conviver com um déficit expressivo quando o assunto é representação política feminina. Como último grupo que alcançou o sufrágio universal, as mulheres já percorreram um longo caminho até a conquista do direito ao voto e à criação de mecanismos e ações afirmativas que garantissem o exercício da democracia representativa e participativa.

2.2 O LUGAR DO FEMININO NA HISTÓRIA

Conforme Sanches (2017), as análises críticas que tratam da ausência das mulheres nos espaços de tomada de decisão destacam alguns aspectos estruturais da vida política que antes encontravam-se encobertos pelo ideal liberal de universalidade.

Ainda segundo a autora, as interpretações a respeito da exclusão política feminina trazem à tona o caráter patriarcal das instituições políticas, recebendo destaque os padrões culturais e de socialização que constituem o universo político como um espaço masculino, além dos constrangimentos estruturais para a participação política das mulheres.

De acordo com Pateman (1993), a diferença sexual é uma diferença política. Segundo a autora, a diferença sexual é a diferença entre liberdade e sujeição. Quando se refere à origem do contrato social, Pateman destaca que as mulheres não participam do contrato, são objeto dele.

Para a autora, o contrato social foi influenciado pelo direito patriarcal, sujeitando as mulheres à dominação masculina. Ainda em seu discurso, Pateman destaca que o contrato social pressupõe um contrato sexual, considerando que a submissão feminina viabilizou os fundamentos normativos da sociedade, negando às mulheres o direito político. Quando o assunto é o contrato social, existe um silêncio profundo sobre o contrato sexual. “O contrato social é um pacto sexual-social, contudo, a história do contrato sexual tem sido sufocada”, (PATEMAN, 1993, p. 15).

A história do contrato social contada por Pateman traz à tona a origem do direito político e como o exercício desse direito é legitimado, sem deixar de destacar o poder que os homens exercem sobre as mulheres, ou seja, para a autora o contrato original é uma ordem social patriarcal, ele cria a liberdade e a dominação: a liberdade do homem e a subordinação da mulher (PATEMAN, 1993).

A justificativa dada pela autora, de o contrato social ser um contrato sexual, diz respeito ao patriarcado, do direito político dos homens sobre as mulheres e o acesso sistemático

deles sobre o corpo feminino. Dessa forma, o contrato sexual estabelece a sujeição das mulheres aos homens, sendo indissociável do contrato social, por meio do matrimônio.

Em suma, o que a autora pretende evidenciar é como a exclusão das mulheres da categoria fundamental de indivíduo ganhou expressão social e legal, salientando que homens e mulheres não possuem os mesmos direitos civis e políticos na sociedade atual, devido à construção das diferenças entre os sexos, enquanto diferença entre liberdade e subordinação. O resultado disso é a estruturação da sociedade, conforme a concepção patriarcal de diferença sexual.

Segundo Pateman (1993), a história do contrato social é tratada como um relato da constituição dos âmbitos público de liberdade civil e privado. No entanto, apenas a esfera pública é vista, politicamente, com relevância na história. Por meio das afirmações da autora, é possível observar que à mulher foi destinado o status de propriedade, objeto e não de sujeito, distanciando da esfera pública, lugar esse onde a liberdade civil é exercida.

A distinção entre o público e o privado tem um papel importante na teoria liberal. A dicotomia entre o espaço público e o privado confere uma valorização desigual aos papéis de gênero, naturalizando as diferenças sexuais. Essas diferenças são políticas e refletem na capacidade do exercício de liberdade e autonomia. O lugar histórico destinado às mulheres é o espaço privado, doméstico. A esfera pública foi negada ao sujeito feminino, reverberando no livre exercício dos direitos políticos e do trabalho (PATEMAN, 1993).

Um dos motivos pelo qual a exclusão das mulheres passa despercebida é justamente a separação do público e do privado, apresentada pela teoria liberal, pois essa é vista como se contemplasse a todos os indivíduos da mesma maneira. A forma em que mulheres e homens são localizados de maneira diferenciada nos espaços público e privado é resultado da crença que a natureza feminina propicia à submissão das mulheres aos homens, destinando-as à esfera doméstica. Já aos homens é concedida a possibilidade de habitar e circular nas duas esferas (pública e privada), deliberando sobre ambas (MIGUEL; BIROLI, 2014).

É bem verdade que, de uma forma custosa e lentamente gradativa, as mulheres foram ocupando espaços que outrora eram destinados e estruturados apenas para os homens, tais como: na educação, na política, no trabalho. No entanto, apesar dos avanços, permanecem operando mecanismos que produzem e reproduzem desigualdades que sempre agem em desfavor das mulheres, inovando e aprimorando as formas de dominação (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Ao logo da história, a política foi concebida como parte inerente à esfera pública, local esse negado às mulheres por muito tempo, considerando que elas foram a última categoria a ser

aceita como sujeito político. O espaço público ainda é predominantemente masculino e até hoje os movimentos feministas reivindicam mudanças na cultura política, com criação de mecanismos institucionais que favoreçam a inserção feminina nos espaços que pressupõem poder.

O lugar ocupado pelo ser feminino nas relações sociais e políticas foi historicamente construído de forma desigual e intrinsecamente sedimentado na conduta social dos indivíduos, legitimados pelas instituições. Compreender, lançando luz às articulações de meios que mantêm e alimentam essa configuração, possibilita o entendimento das relações em que estamos imersos cotidianamente e que refletem na nossa forma de vida, nos estigmatizando e nos diferenciando.

2.3 A DICOTOMIA ENTRE O PÚBLICO E PRIVADO

Podemos afirmar que “toda a sociedade civil é patriarcal”. As mulheres estão submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública” (PATEMAN, 1993, p. 167).

A distinção entre o público e o privado tem um papel importante na teoria liberal. A dicotomia entre o espaço público e o privado confere uma valorização desigual aos papéis de gênero, naturalizando as diferenças sexuais. Essas diferenças são políticas e refletem na capacidade do exercício de liberdade e autonomia. O lugar histórico destinado às mulheres é o espaço privado, doméstico. A esfera pública foi negada ao sujeito feminino, reverberando no livre exercício dos direitos políticos e do trabalho (PATEMAN, 1993).

A reflexão crítica sobre a dicotomia público e privado é algo que fortemente sinaliza um pensamento como feminista. A compreensão de como se desenvolveu o limiar entre essas esferas no pensamento e nas normas políticas permite apresentar seu lado histórico e suas consequências para mulheres e homens, contestando a naturalidade que lhes é dada como verdadeira, quando o assunto é relação igualitária (MIGUEL; BIROLI, 2014).

As esferas pública e privada foram construídas para reforçar o domínio e a supremacia masculina sobre o ente feminino, sendo as mulheres destinadas e socializadas a ocuparem o espaço doméstico de cuidado e manutenção da família. Já o espaço público, local onde acontece as manifestações políticas, fora reservado para ser ocupado e explorado pelo ser masculino.

Há quase dois séculos a discussão da dicotomia entre o público e o privado se faz presente nos escritos e lutas feministas, dirigindo críticas à separação e à oposição entre as esferas pública e privada no pensamento e nas práticas liberais (MIGUEL; BIROLI, 2014).

A igualdade de direitos sempre esteve presente nas pautas feministas. Tanto o liberalismo como o feminismo bebem da mesma fonte, que tem o individualismo como teoria

geral da vida social. A concepção do público e privado sofreu diversas variações no decorrer das fases do movimento feminista. Porém, o feminismo é dito como uma finalização da revolução burguesa, atribuindo às mulheres uma extensão dos princípios e direitos liberais que os homens têm (MIGUEL; BIROLI, 2014).

O caráter patriarcal do liberalismo, negligenciado ao longo da história, é trazido à tona nos discursos políticos feministas. No entanto, é importante destacar que nem toda a feminista é liberal. A doutrina feminista vai muito além do feminismo liberal. Sem contar as ambiguidades da concepção liberal de público e privado.

A crítica trazida pelo pensamento feminista é sobre a obscuridade da realidade patriarcal que naturaliza a dominação e a desigualdade entre homens e mulheres, por meio das defesas da igualdade e do individualismo do pensamento liberal.

2.4 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA E OS ENTRAVES INSTITUCIONAIS

Vários entraves institucionais e culturais podem ser destacados como causa da sub-representação feminina no legislativo, tais como: o sistema eleitoral, considerando que esse apenas na década de 1990 passou a definir cotas de gênero nas disputas eleitorais; a predileção por candidatos homens, no interior dos partidos, em razão do capital político e social que eles acumulam; insuficiente e até ausência de recursos financeiros e materiais. Além disso, as mulheres possuem pouca disponibilidade de tempo para investir em suas campanhas eleitorais; pouca ou até mesmo nenhuma motivação e incentivo para encarar um processo eleitoral e uma carreira política, reservada prioritariamente aos homens, privilegiando-o, considerando tudo o que anteriormente fora destacado.

Isso nos leva a inferir que candidatas mulheres que dispõem dos recursos e atributos acima citados, bem como dispendo de uma situação social que as privilegie com tempo suficiente para investir em campanhas e na carreira política, estão à frente das que não possuem, tendo em vista a potencialização dos mecanismos simbólicos e materiais que favorecem a corrida eleitoral.

Dito isso, podemos também atribuir ao próprio sistema eleitoral e partidário a baixa inserção de mulheres na política. É o sistema eleitoral que determina as regras das eleições e, é o sistema partidário que define a organização dos cidadãos e cidadãs na busca pela conquista de cargos eletivos, por meio da filiação a um partido político. Tanto um como outro constituem as instituições mais importantes no desempenho da participação, por meio da representação política (ÁLVARES, 2008).

Em se tratando do Brasil, de acordo com a constituição, foram adotados dois tipos de sistemas de representação eleitoral: o majoritário e o proporcional de lista aberta. Em suma, no sistema eleitoral majoritário vence o candidato que obtiver a maioria dos votos, como é feito nas eleições para o executivo e o senado.

Já o sistema de representação proporcional de lista aberta é utilizado, exclusivamente, para eleger deputados e vereadores. Ele estabelece uma proporção entre o número de votos recebidos na eleição e a quantidade de cadeiras obtidas na apuração. Esse tipo de sistema é baseado em uma fórmula matemática de proporcionalidade, que, previamente, é capaz de definir os números referentes ao quociente eleitoral, ao quociente partidário e à distribuição das sobras, transformando os votos em cadeiras para os partidos. Com base nesses cálculos, nem sempre o candidato mais votado é eleito.

No que diz respeito ao número de mulheres no legislativo, conforme o sistema de representação eleitoral, Araújo e Alves (2007) destacam que países que possuem um sistema proporcional de lista fechada têm maior concentração de mulheres no legislativo, em comparação aos de representação proporcional de lista aberta (ARAÚJO; ALVES, 2007). Isso porque, segundo os autores, o sistema de lista fechada acaba favorecendo mais as mulheres, já que os eleitores não votam diretamente no candidato, e sim no partido.

As cadeiras disponíveis para cada partido serão ocupadas pelos primeiros candidatos discriminados em cada lista, que é definida antes da eleição, diferentemente do sistema proporcional de lista aberta. Nesse, o eleitor vota no candidato, porém os votos vão para o partido. Assim, a ordem da lista de candidatos eleitos de cada partido é definida depois da votação nas urnas, em conformidade com o quociente eleitoral.

A adoção do sistema proporcional assegura a diversidade de opiniões e preferências, viabilizando a representação de setores minoritários da população. No entanto, não há consenso se o sistema eleitoral de lista fechada assume um viés mais favorável à eleição de mulheres do que o sistema de lista aberta.

Para Araújo e Alves (2007), o sistema de lista, por si, não é o decisivo, contudo, no Brasil, a análise de que o atual sistema de lista aberta prejudica mais as mulheres é baseada, sobretudo, na característica individualizada das campanhas, nos seus custos e no preconceito existente. Ainda sobre isso, Ames (2003) destaca que a representação proporcional de lista aberta personaliza a política e entrava o desenvolvimento partidário.

Não iremos nos debruçar no quesito sistema partidário e eleitoral, mesmo sabendo da importância desses para a manutenção da democracia participativa. Dito isso, faz-se necessário

saber que em um processo de competição eleitoral, o sistema partidário é a porta de entrada para o recrutamento das candidaturas nas democracias liberais.

No que diz respeito aos partidos, é importante destacar que esses são conduzidos por regras (formais e informais) internas, sustentando o elo entre os órgãos decisórios e seus filiados, bem como os procedimentos eleitorais e o processo de seleção de candidatos, definindo as regras que darão aos postulantes acesso a um assento no parlamento. As decisões relacionadas a esse processo advêm dos líderes nacionais, que compõem a base partidária e/ou são dirigentes locais (ÁLVARES, 2008).

Quanto ao recrutamento dos postulantes aos cargos eletivos, esse é influenciado por fatores individuais, podendo ser – motivacionais, presença de recurso financeiro, agregado ao capital político e social, fortalecendo as conexões políticas e/ou disponibilização de tempo para investir na campanha. Esses fatores, possivelmente, serão priorizados na seleção do candidato para concorrer à disputa eleitoral.

Conforme Álvares (2008), a seleção do candidato para participar de um processo eleitoral depende da percepção do *gatekeeper*, sujeito que é dito como o “porteiro”, no processo de seleção das candidaturas, atentando às habilidades, experiências e qualificações dos candidatos e candidatas, considerando um padrão que contemple a dinâmica do mercado. Para a autora, dentro dessa lógica, há dificuldades para as mulheres, tendo em vista não só o viés cultural que as colocam em uma posição inferior aos competidores, como a própria tradição dos “porteiros”, que priorizam selecionar e recrutar homens, pela demonstração desses nos serviços partidários. É na fase de definição das candidaturas que não só as mulheres, mas também as minorias, têm sido tratadas de forma diferenciada. A prova disso é o próprio sistema de cotas ao qual se submetem, a fim de equilibrar a seleção.

A seleção funciona como um tipo de um pré-escrutínio de nomes avaliados pelas lideranças (demanda) e pelo/a próprio/a aspirante (oferta), conforme apresentem antecedentes sociais que se adaptem ao reconhecimento de um perfil de competidor com uma carreira política valorizada pelo mercado político. Nessa interação entre oferta e demanda de nomes, verificam-se os obstáculos à entrada das mulheres na competição, tanto pela parcimônia dos recursos pessoais desse gênero, enfraquecendo a motivação para concorrer (experiência política), quanto pela avaliação do partido àqueles com mais qualificação e que expressem prospecção de força eleitoral (ÁLVARES, 2008, p. 928).

Considerando o exposto, é possível inferir que mulheres cuja trajetória, perfil e capitais (político, social, econômico), agregado a um nível significativo de conexões políticas, formadas por meio do parentesco ou outros fatores de ligações, são mais indicadas para serem recrutadas

a concorrer às eleições, dentro dos partidos, refletindo na mobilização de votos para garantir o sucesso eleitoral, já que esses fatores as aproximam de um perfil de vencedor, viabilizando recursos eleitorais.

2.5 MULHERES E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Em seu trabalho “De uma política de ideia a uma política de presença?”, Anne Phillips destaca que a democracia liberal, convencionalmente, compreende a diferença como sendo uma questão de ideias, considerando que a adequação da representação à realidade dependerá da diversidade de opiniões e preferências, vinculando os problemas relacionados à exclusão política, ao sistema eleitoral e aos meios de acesso das pessoas à participação política. O que desafia a compreensão sobre os mecanismos de representação, sobretudo, quando se acredita que é no programa e nas ideias compartilhadas entre representantes e representados que está a boa representação (PHILLIPS, 2001).

Com isso, cada vez menos as características pessoais dos representantes são tidas como requisitos prioritários no processo de representação. No entanto, a afirmação da necessidade de presença física dos excluídos, nos locais de decisão, vai de encontro à concepção acima destacada. Logo, legitimando a implementação de cotas eleitorais.

Isso se aplica à política afirmativa de cotas de gênero no legislativo, adotada por vários países, inclusive o Brasil, visando aumentar o número de mulheres nos espaços político-decisórios. Contudo, em meio à crescente adesão paira uma longa e instigante discussão envolvendo o caráter dubitável do conceito de representação política, como: quem e o quê os representantes políticos realmente representam?

Sobre isso, vale destacar que o atual debate que trata da representação de minorias é balizado pela discussão que tange à relação entre representação descritiva e representação substantiva (YOUNG, 2006; PITKIN, 1967).

No livro *The Concept of Representation* (1967), Hanna Pitkin constrói tipologias para trabalhar as interpretações envolvendo o termo representação, dentre as quais estão inseridas a representação descritiva e a representação substantiva ou representação como um ato de “agir por” (*acting for*).

Nessa obra, a autora apresenta uma das mais abrangentes discussões da literatura sobre o conceito de representação política. Para tanto, Pitkin (1967) destaca que é preciso conhecer o contexto em que o conceito de representação é utilizado, só assim será possível determinar seu

significado. Aqui, destacaremos apenas as discussões inerentes às tipologias descritiva e substantiva de representação.

Para Pitkin (1967), a representação descritiva, também conhecida como espelho ou microcósmica, diz respeito à capacidade do representante, de fornecer informações referentes a algo ou alguém, que não se encontra em determinado local. Ainda sobre essa tipologia, a autora destaca que se trata de prover informações corretas sobre o representado, não atuando em sua ausência, mas o substituindo., tendo os espaços representativos como um microcosmo da população, mantendo a relação entre as características do representante com as dos representados. Como esse modelo de representação é baseado na transmissão de informação, se não houver informação a ser dada, logo não existirá a possibilidade de informação (SACCHET, 2012).

No entanto, várias críticas pairam sobre a interpretação desse tipo de representação. Conforme Pitkin (1967), assim como um mapa não é uma representação fiel da realidade, também um representante, por mais semelhanças que venha a ter, não pode ser visto como uma amostra indelével do grupo.

Para Phillips (2001), são as ações, mais do que as características, que importam, bem como o que acontece depois da ação, e não antes dela. Com isso, para a autora, representar diz respeito a agir no interesse dos representados, de maneira responsiva a eles, sendo essa representação conquistada, por meio de um processo de responsividade ao eleitorado e não garantida de antemão. É esse caminho que confere a representatividade.

As críticas em torno da representação descritiva têm como base as limitações dessa tipologia, quanto à garantia de os representantes agirem, nos espaços de tomada de decisão, em favor dos seus representados, já que, acredita-se, a ênfase desse modelo reside na ideia de, na legislatura, tentar alcançar a composição exata da sociedade que o elegeu, não considerando o que o representado fará após ser eleito para assumir aquela determinada função. O que o representante precisa é apenas refletir, espelhar as características externas de seus representados, além de suas experiências de vida.

Sobre isso, Sacchet (2012, p. 411) destaca que, como a identidade não é uma categoria objetiva, a representação descritiva não garantiria uma congruência entre as vontades dos representantes e as dos representados, mas haveria apenas uma semelhança entre eles.

A representação substantiva é o modelo defendido por Pitkin (1967). Segundo a autora, essa tipologia diz respeito ao “agir em favor dos interesses dos representados”, ou seja, é a capacidade de resposta política, por meio da promulgação e elaboração de leis que favoreçam os representados, sendo o representante responsivo às demandas apresentadas. No entanto, agir

pelos representados não quer dizer que os representantes apenas manifestem a representação, quando essas estiverem interagindo com seus desejos. Contudo, em condições normais, os anseios dos representados e as ações dos representantes deverão dialogar de forma convergentes (SACCHET, 2012).

Piktin (1967) considera esse modelo o mais importante na dimensão da representação. Nesse tipo de modelo, o “agir para e no interesse de”, independe das características físicas do representante e se essas são reflexos de seus representados. Vários autores, na literatura que trata do tema, defendem um modelo de representação que dê mais importância ao que os representantes fazem, do que quem eles são, concentrando-se no aspecto substantivo da representação, não sendo a presença física de membros de grupos sociais diferentes uma condição para que seus interesses sejam representados.

No entanto, Philipps (2001) destaca que tais argumentos não contemplam o sentimento de exclusão política amplamente vivenciado por grupos definidos por seu gênero, etnia ou raça. Além disso, a autora considera que muitos dos argumentos apresentados a respeito da democracia são balizados pelas demandas por presença política, ou seja, demandas por uma representação mais equânime entre mulheres e homens; entre diferentes grupos étnicos; pela inserção política de grupos minoritários, que começam a se reconhecer como excluídos dos processos e espaços de poder.

Com base no exposto, é possível perceber que essas novas demandas exigem um reenquadramento referente aos problemas de igualdade política, dando ênfase à divisão entre quem e o que é para ser representado, bem como a subordinação do primeiro ao segundo. Diante disso, Philipps (2001) destaca que a ênfase desse processo não reside na diferença, e sim, na diversidade.

Não obstante, a autora acredita que fica bem mais difícil satisfazer demandas por inclusão política, quando a diferença é concebida às experiências e identidades que constituem diferentes tipos de grupos. Para ela, é concebível que homens possam substituir mulheres quando o que está em questão é a representação de políticas, programas ou até ideais com os quais concordam. Contudo, quando o que está em jogo é, *per se*, a representação de mulheres, como um homem pode substituí-las legitimamente?

Com os olhares de líderes e diversas representações vinculadas às instâncias internacionais focadas no aumento do número de mulheres nas arenas políticas, por meio da implementação da política de cotas de gênero, por exemplo, o tema da representação substantiva das mulheres tornou-se ainda mais preponderante.

Os argumentos em defesa da presença política feminina no legislativo, com base na representação substantiva, e não simbólica ou formalista, afirmam que as mulheres eleitas para assumir postos de poder e decisão têm maior probabilidade de agir em favor de outras mulheres, mas do que para os homens. Além disso, as mulheres têm preocupações particulares que derivam de suas experiências de gênero e que essas seriam inadequadamente abordadas em fóruns políticos dominados por homens, justificando a necessidade da presença feminina nas arenas políticas para, assim, garantir que suas preocupações sejam colocadas em pauta, resultando na criação de políticas públicas, em benefício do ente feminino (SACCHET, 2012).

É bem verdade que o aumento da presença de mulheres nos espaços de poder serviria de exemplo, espelho para que outras mulheres se sentissem motivadas a se inserir na política, favorecendo e, conseqüentemente, mudando a percepção de que pessoas do sexo feminino não foram feitas para ocupar lugares políticos de poder. O sistema democrático pressupõe a representação de uma pluralidade de perspectivas e de interesses nas esferas representativas, e a inclusão política das mulheres é, por conseguinte, uma de suas condições (SACCHET, 2012, p. 419).

Apesar da adoção de cota de gênero para o legislativo, não houve um aumento proporcional no que diz respeito ao número de mulheres eleitas no Brasil. A participação das mulheres em processos de tomada de decisão, tanto naqueles ligados à iniciativa privada quanto naqueles ligados a cargos públicos, é baixa no mundo todo (SACCHET, 2009, p. 307).

Conforme relatório da União Interparlamentar, no que tange à participação de mulheres no parlamento, o Brasil ocupa a posição 116⁶, considerando uma variação de 7,6 pontos percentuais, entre os anos de 1995 a 2020. Em se tratando da presença feminina nos parlamentos da América Latina, o Brasil fica acima apenas da Colômbia, que alcançou a posição seguinte, 117^o no ranking.

São diversos os fatores que dificultam e favorecem a inserção feminina na esfera pública. Dentre esses, destacamos os aspectos de ordem cultural, institucional e social. Além disso, atributos relacionados com o capital social, como participação e confiança, além dos demais que aqui serão trabalhados, podem ser considerados mecanismos que refletem nas condições e escolhas das mulheres ingressarem na carreira política.

⁶ Disponível em: pu.org/resources/publications/reports/2020-03/women-in-parliament-1995-2020-25-years-in-review. Acesso em: 16 set. 2020.

2.6 SOBRE O CAPITAL SOCIAL COMO DIFERENCIAL NA CORRIDA ELEITORAL

O conceito Capital Social foi evidenciado nas ciências sociais desde o século XX, primeiramente, por meio de Hanifan (1916), posteriormente por Bourdieu (1980), Coleman (1990), dentre outros. No entanto, embora antigo, o conceito tem sido aprimorado por alguns pesquisadores e recentemente atrelado a agências multilaterais na associação entre capital social e políticas de desenvolvimento e combate à pobreza (FERRAREZI, 2003).

Historicamente, o conceito foi registrado em um ensaio de Hanifan, em 1916. Neste trabalho o autor buscava destacar a importância das relações sociais para a democracia e o desenvolvimento.

Na década de 1980, Pierre Bourdieu conceituou capital social como:

O conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos (BOURDIEU, 2007, p. 67).

Para Bourdieu (2007), as relações são particularmente visíveis em todos os casos em que indivíduos diferentes tendem a obter rendimento desigual de capital econômico ou cultural, equivalendo ao grau que esses podem mobilizar. Ou seja, o volume de capital social que uma pessoa individualmente detém depende da extensão da rede de relações que ela é capaz de mobilizar e do volume de outros capitais, tais como: cultural, econômico ou simbólico, sendo esses últimos posses exclusivas de cada um daqueles a quem está ligado.

Para Coleman (1988), o capital social é definido pela sua função e pelos efeitos relacionais presentes na estrutura social que beneficiam indivíduos concretos, e não pelas causas desses efeitos, sendo essas causas diversas para um mesmo efeito, relacionando várias formas de capital, como a confiança, a informação útil, que permite poupar tempo para a chegada à fonte, benefícios promovidos pelas organizações para seus membros, como resultado de suas atividades, normas, sanções, obrigações, expectativas e relações de autoridade.

Ambas as formulações contribuem com uma definição socioestrutural do capital social, direcionando um olhar para a investigação de contexto e tipificação, indo além da simples presença ou ausência de redes que propiciariam sua criação, colocando a confiança como variável dependente do contexto (FERRAREZI, 2003).

Contudo, foi por meio da obra de Robert Putnam, *Making Democracy Work*, publicado em 1993, que o termo Capital Social ganhou notabilidade. O autor formulou o conceito ao longo

de duas décadas de pesquisa durante o processo de descentralização administrativa da Itália, analisando os fundamentos da democracia do País. Putnam inicia seu discurso sobre capital social, associando-o ao desempenho institucional. Para tanto, antes de discutir o conceito de capital social, o autor destaca a importância da cooperação entre os indivíduos de uma comunidade. Assim, o autor faz menção à parábola de Davis Hume, para fazer alusão ao dilema fundamental que corrói o espírito cívico racional e ao dilema do prisioneiro, para explicar os dilemas da ação coletiva:

Teu milho está maduro hoje; o meu estará amanhã. É vantajoso para nós dois que eu te ajude a colhê-lo hoje e que tu me ajudes amanhã. Não tenho amizade por ti e sei que também não tens por mim. Portanto não farei nenhum esforço em teu favor; e sei que se eu te ajudar, esperando alguma retribuição, certamente me decepcionarei, pois não poderei contar com tua gratidão. Então, deixo de ajudar-te; e tu me pagas na mesma moeda. As estações mudam; e nós dois perdemos nossas colheitas por falta de confiança mútua. (PUTNAM *et al.*, 2006, p. 173).

Posto isso, o autor expõe que capital social diz respeito às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas (PUTNAM *et al.*, 2006, p. 177), sendo produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse. Ou seja, capital social é visto como a conexão existente entre indivíduos de uma comunidade, tendo a confiança, as normas e as cadeias de relações sociais como características específicas para facilitar a cooperação espontânea (PUTNAM, 2006). Para o autor, tais fatores não apenas garantem o caráter democrático da sociedade civil, como também determinam o desempenho dos governos locais e de suas instituições.

Conforme Ferrarezi (2003), por meio do capital social é possível induzir experimentações, envolvendo colaboração horizontal em torno de projetos comuns e empoderamento para qualificar a participação política. Segundo a autora, é cada vez mais recorrente, no que tange a políticas públicas de redução de desigualdade e pobreza, o incentivo a formação de redes e a geração de capacidades para as pessoas exercerem, com autoridade, os processos que afetam diretamente o seu bem-estar.

A participação social e o capital social são mencionados por vários autores como ferramentas importantes para o fortalecimento da democracia, considerando que favorecem a capacidade das pessoas se envolverem e se responsabilizarem com e pelo desenvolvimento social, buscando soluções para problemas comuns, tornando possível o controle dos resultados (FERRAREZI, 2003). Tais processos contribuem para a ação coletiva, permitindo que as pessoas intervenham sobre os processos sociais.

Dessa forma, podemos perceber que o capital social reside nas relações entre os indivíduos, nas trocas de conhecimento e formação de redes e nunca em um indivíduo sozinho. Ele é construído por meio de coletividades institucionalizadas, permitindo e favorecendo ações cooperativas, resolvendo problemas comuns à coletividade (BAQUERO, 2003).

Conforme pesquisa realizada pela professora Teresa Sacchet em 2006 e publicada em 2009, o capital social é estruturado por gênero. Isso foi possível ser analisado por meio de dados de uma pesquisa *survey* nacional. Nela, a professora identifica que homens e mulheres participam de diferentes grupos associativos, como, por exemplo, grupos voltados à esfera pública, e as mulheres ligadas àqueles que lidam com práticas cotidianas, de família e comunitária. A autora apresenta o resultado disso na representação política de homens e mulheres.

Aqui, a nossa pretensão é analisar as mulheres que estão inseridas em redes com padrões associativos voltados para a esfera pública, que tendem a se sobressair na corrida eleitoral, alcançando um quantitativo maior de percentual de votos. O que queremos provar é que candidatas que possuem vínculos, ou seja, laços fortes que possam ser traduzidos em recurso eleitoral, estão mais propensas a ter uma carreira política.

Conforme Sacchet (2009), o capital social é o foco nos processos societários para a substancialização da democracia, já que essa é pensada a partir da lógica dos movimentos participativos que propiciam a criação de novos valores e uma cultura cívica.

Conforme Putnam (2006), indivíduos socialmente participativos são mais conscientes dos seus direitos, mais bem informados, democráticos e confiantes., sendo a democracia uma consequência de processos participativos no âmbito da sociedade civil (SACCHET, 2009, p. 304).

A construção da democracia e da cidadania está intimamente ligada ao capital social das comunidades, representado pelos laços sociais, pela cooperação e a construção de redes de confiança (COSTA; SCHWINN, 2015). Aplicando esta afirmação às relações de gênero e representação política, poder-se-ia alegar que sociedades mais participativas teriam relações de poder mais análoga entre homens e mulheres, haja vista que a participação social reproduz novas sensibilidades.

Um dado é certo: quanto maiores as conexões feitas por um indivíduo, maiores serão as chances de esses atingir seus objetivos. No entanto, deve-se atentar que nem toda a rede gera o mesmo tipo de recurso. E, em se tratando de processo eleitoral, recursos políticos e materiais são indispensáveis e esses não são adquiridos em qualquer tipo de relação. São provenientes do acesso a grupos específicos. Além disso, tanto conhecimento como níveis de influência política

não dependem exclusivamente de índices gerais de capital social, os índices específicos a cada grupo devem ser levados em consideração. O potencial de retorno do capital social está no número de conexões existente (SACCHET, 2009).

2.7 SOBRE PARENTESCO E SUA INFLUÊNCIA NAS ELEIÇÕES PARTIDÁRIAS

Característica não só das relações políticas brasileiras, o parentesco é um atributo antigo nas negociações e manutenção do poder, envolvendo o aparelhamento do Estado. A análise sobre a continuidade das estruturas de poder no Brasil, ao longo das diversas mudanças políticas na história, foi explorada por Raymundo Faoro (1985), na obra “Os Donos do Poder”, o qual apontava questões da perpetuação do poder e da grande adaptabilidade de atores e grupos políticos no decorrer de diferentes conjunturas.

Conforme Nobre (2017), pertencer a famílias com tradição na política viabiliza o ingresso nas estruturas de poder político, considerando que o capital político, construído como negócio de família, é acionado. Para a autora, essa prática deve ser questionada, independente de tradição e perfil ideológico das famílias e lideranças, tendo em vista que compromete a participação e ingresso de outros sujeitos postulantes a mandatos no legislativo e no executivo. Práticas como essa levantam discussões sobre os limites e fragilidades da democracia no Brasil.

No que diz respeito ao recorte feminino, pertencer a um clã político poderá favorecer o ingresso na vida política, considerando o legado, o capital político e social da família. Características essas, conseqüentemente, mobilizarão recursos para investir na campanha política da mulher candidata.

A essa desigualdade se soma o capital político construído por famílias que formam verdadeiros clãs políticos e cujo poder decorre da importância econômica que tem em suas regiões e o longínquo controle das máquinas administrativas, em geral resultante de formas tradicionais de fazer política: clientelismo e compra de votos, influência direta e coercitiva sobre o eleitor e personalismo (NOBRE, 2017, p. 32).

Para uma mulher, candidata a algum cargo eletivo, estar integrada a uma rede política fará diferença na condução da sua campanha, refletindo no resultado eleitoral. Entende-se como rede política:

(...) uma conexão de interesses envolvendo empresários e cargos políticos no aparelho de Estado em diferentes poderes, no executivo, legislativo e no judiciário, e em outros espaços de poder em função de operações de mútuo benefício e ações político-financeiras articuladas na informalidade (OLIVEIRA, 2007, p. 150).

É na política contemporânea que os ritos eleitorais são subordinados à força econômica e midiática do candidato, em cooperação com às práticas tradicionais de se fazer política, associando o pertencimento a clãs tradicionais na política local ou aliança com esses. O local do voto e o poder local é a ferramenta que irá viabilizar e sustentar a ação política de determinados grupos e lideranças, mediando as negociações e diálogos com a sociedade local.

É notório esse padrão de atuação na política e em outros espaços de poder e representação, em que famílias controlam e atuam nos principais e estratégicos postos do aparelho de Estado, sendo esses meios um campo produtivo para perpetuação das atividades familiares.

Segundo Oliveira *et al.* (2017), determinados sobrenomes e famílias estão cada vez mais ocupando cargos eletivos e atividades políticas nas diversas esferas de poder, assim como também é possível perceber a presença desses na burocracia estatal e em funções de nomeação.

Para o autor, famílias históricas atuam em todas as instituições sociais e políticas de forma decisiva, sendo isso, historicamente, um reflexo da manutenção de uma estrutura social arcaica, até há alguns anos mais característico no Nordeste. No entanto, a relação família e política está se torando evidente em todo o território nacional.

O que aqui pretendemos demonstrar é que esse elemento, em consonância com outros atributos, é capaz de dinamizar recursos políticos, fundamentais para o sucesso eleitoral de uma candidata, fator que coloca uma mulher em situação ótima, quando o assunto é mobilização de recursos para investir na carreira política, resgatando memórias afetivas, apelando para o simbolismo que o sobrenome representa para determinada comunidade.

Para manter essa estrutura, filhos, netos, bisnetos, são socializados para sustentar as relações e conexões familiares, favorecendo a manutenção do exercício político. Esse processo vem se atualizando, reproduzindo características que remetem às sociedades oligárquicas, nas quais os vínculos de parentesco, compadrio, cumplicidade e amizade se faziam presentes nas relações políticas e na manutenção do poder e dominação.

Segundo Oliveira *et al.* (2017, p. 169), ao investigarem a organização política para além da força dos partidos políticos e dos dados estatísticos que revestem as eleições, é perceptível que estes ainda são permeados por configurações familiares e redes de parentesco. Além disso, destaca-se que, não obstante às transformações de várias ordens que já ocorreram na sociedade brasileira, a presença de relações familiares no campo político é permanente e ganha força com o passar dos anos. As habilidades políticas desses grupos se sobrepõem às mudanças, reconfigurando suas estratégias de poder e riqueza, investindo na manutenção de poder.

Em sua tese, o autor deixa claro que: Família ainda importa! E essa instituição está entremeada em parte da realidade social e política brasileira do século atual. As conexões familiares atuam sobre partidos políticos, sobre o executivo e formam redes chegando ao poder legislativo, por meio da hereditariedade, renovando as gerações e o poder. Do mesmo modo, no executivo e legislativo, o judiciário está permeado de conexões de cumplicidade, por meio da reprodução de nomes de determinadas famílias, bem como de protegidos seus.

Essa dinâmica foi capaz de manter várias famílias no poder, ao longo dos processos de mudança da sociedade brasileira e da modernização de suas instituições. Processo como o de racionalização, burocratização e modernização do campo político não foram capazes o suficiente para inibir a perpetuação de famílias dominando a política nas diversas arenas de poder, assim como nos aparelhos da administração estatal e no direcionamento e condução dos partidos políticos nos estados (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

A lógica produtiva que permeia a concentração e manutenção de poder e renda, oriunda do nepotismo, é responsável pela formação das desigualdades sociais, quando analisamos os privilégios alcançados por esses grupos, por meio das instituições e aparelhos de poder do Estado.

Diante do que aqui já foi exposto, não podemos deixar de acreditar da preponderância da “variável parentesco” nas relações políticas e de poder, haja vista que é propulsora e incide no capital social, aumentando e fortalecendo as conexões e, por conseguinte, favorecendo a captação de recursos necessários para um resultado eleitoral positivo.

Dessa forma, pode-se dizer que ela é produtiva, pois gera mecanismos que, amiúde, operam aumentando possibilidades, abrindo portas, beneficiando parentes, aliados e apadrinhados, assim como selecionando os detentores do poder, por meio da conservação e perpetuação de sobrenomes nas diversas esferas de decisão, excluindo a presença daqueles que não fazem parte de suas conexões. Para Oliveira (2007, p. 151), uma rede política pode ser bastante simples e efetiva.

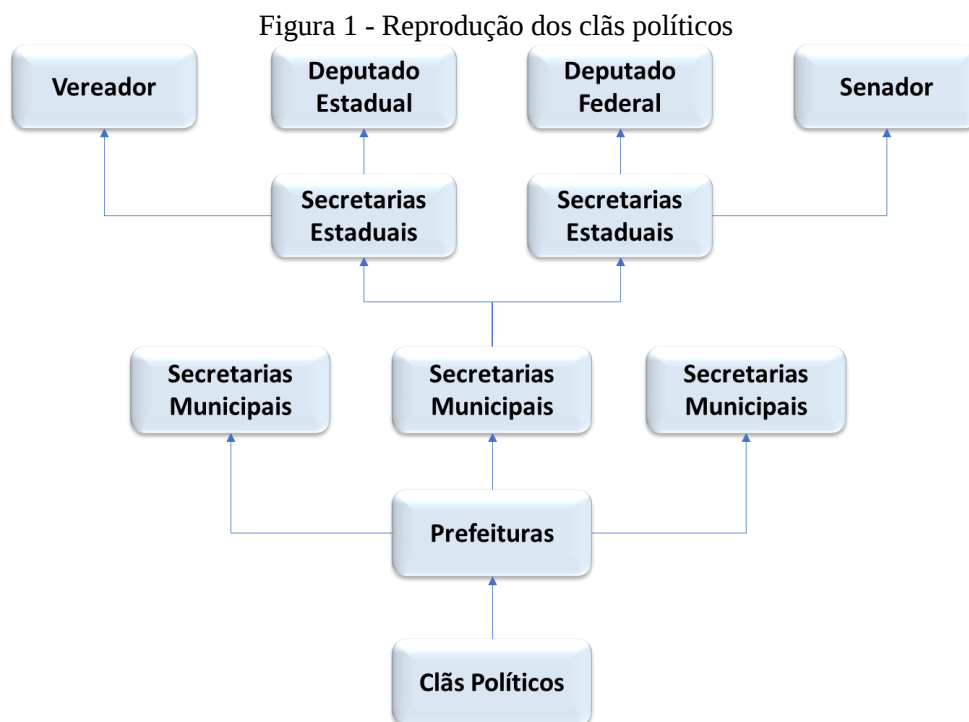
As redes mudam e transformam-se conforme as alterações da conjuntura e dos governantes. Apresentam múltiplos e diferentes esquemas para distintos governos e atores. No entanto, seguem certa continuidade e revezamento de longa duração, muitas vezes em algumas poucas famílias políticas, e incorporam sempre novos participantes a cada conjuntura, de modo que cada governo e cada legislatura têm novas e velhas conexões em constante formação e transformação (OLIVEIRA, 2007, p. 151).

Segundo Pimentel (2014), a reprodução dos clãs políticos ocorre a partir da estrutura municipal, da ocupação de espaços de destaques na administração pública, galgando outros espaços políticos, a fim de garantir a sobrevivência.

Ainda segundo o autor, o processo de descentralização promovido pela Constituição de 1988 garantiu a sobrevivência dos clãs em uma sociedade democrática competitiva, utilizando-se das estruturas formais do sistema político brasileiro. Considerando que o art. 14 § 7º da Constituição Federal⁷ veta e torna inelegíveis os parentes do chefe do executivo, os clãs mantêm-se vivos, ocupando outros cargos, mediante apoio político.

É a partir da estrutura municipal que a reprodução se inicia, por meio das secretarias municipais. É nesse espaço que os parentes e apadrinhados se instalam e passam a controlar a ordenação das despesas, mantendo o controle sobre os recursos municipais. Essa dinâmica permite e fomenta as relações clientelistas e negociações em benefícios de determinado grupo, alimentando a sobrevivência dos clãs, conforme demonstrado na Figura 1.

7 Ver: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 30 jul. 2020.



Fonte: Adaptada pela autora (2020)

Os clãs políticos se originam nos municípios, de onde emana o que há de mais básico na vida política do País, e o seu objetivo é continuar sobrevivendo no sistema político. Para tal, a estratégia básica é buscar a sua reprodução na administração pública, ocupando as principais secretarias municipais e exercendo o controle sobre os recursos públicos. Este controle permite que os clãs possam intermediar a relação entre a população e o poder público – e seus recursos – para canalizar apoio político (PIMENTEL, 2014, p. 75).

Mais adiante, será possível identificar o peso desse atributo no aumento do percentual de votos. Mais uma vez destacamos que variáveis como essa, por si só, não são capazes o suficiente para garantir uma diferença positiva percentual. Porém, somadas a outros fatores, sua presença é incontestavelmente preponderante.

Pertencer a um clã tradicional na política atrai a formação de redes de relacionamento, mobilizando capital social e recursos financeiros para ser investido em campanhas. Na maioria dos casos observados, conforme resultado eleitoral dos anos de 2010, 2014 e 2018, candidatas que carregavam um sobrenome reconhecido e/ou possuíam vínculo parental com alguém de renome conseguiram alcançar um nível significativo do percentual de votos.

Assim, consideramos que uma mulher candidata a um cargo eletivo, inserida em grupos associativos ou em outras redes de relacionamento que fortaleçam a sua cidadania e diálogo com a comunidade local, possui maior chance de alcançar um percentual significativo

de votos, articulando maior financiamento para sua campanha. Sobre isso, iremos relatar na seção vindoura.

2.8 ELEIÇÃO E FINANCIAMENTO DE CAMPANHA FEMININA

O Supremo Tribunal Federal (STF), no ano de 2018, julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade 5617 (Adin) e determinou o destino de pelo menos 30% dos recursos do Fundo Partidário às campanhas de candidatas, sem fixar percentual máximo. Em resposta à arguição de um grupo de mulheres acadêmicas e de parlamentares de partidos políticos, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu que os partidos devem garantir ao menos 30% do Fundo Especial Eleitoral e do tempo de propaganda gratuita para as candidaturas de mulheres⁸.

Antes do julgamento da Adin 5617, outros mecanismos institucionais, concernentes ao financiamento eleitoral, foram implementados, tais como: o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) 4650 e a considerada Reforma Eleitoral, Lei n.º 13.165/2015⁹, sancionada pela então presidente Dilma Rousseff, que altera as Leis n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, reduzindo os custos das campanhas eleitorais, simplificando a administração dos Partidos Políticos e incentivando a participação feminina, além de proibir a doação de pessoas jurídicas para as campanhas eleitorais. A referida Lei alterou as regras do financiamento eleitoral, sendo colocada em prática a partir das eleições municipais do ano de 2016.

Conforme a Reforma Eleitoral de 2015, os recursos destinados às campanhas eleitorais somente serão admitidos quando provenientes de: recursos próprios dos candidatos; doações financeiras ou estimáveis em dinheiro, de pessoas físicas; doações de outros partidos e de outros candidatos; comercialização de bens e/ou serviços ou promoção de eventos de arrecadação realizados diretamente pelo candidato ou pelo partido; e receitas decorrentes da aplicação financeira dos recursos de campanha. Isso já iniciando a partir das eleições municipais de 2016.

Além disso, a Lei nº 13.165/2015 permite doações originadas de recursos próprios das agremiações partidárias, desde que essas tenham sua origem identificada, sendo provenientes: do Fundo Partidário; de doações de pessoas físicas efetuadas aos partidos políticos; de

⁸ Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=391666&tip=UN>. Acesso em: 10 fev. 2020.

⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13165.htm. Acesso em: 27 jul. 2020.

contribuição dos seus filiados; e da comercialização de bens, serviços ou promoção de eventos de arrecadação.

Ainda, a legislação estabelece que nas campanhas eleitorais, as legendas partidárias estão impedidas de transferir para o candidato ou utilizar, direta ou indiretamente, recursos doados por pessoas jurídicas, ainda que em anos anteriores. Proibição essa, também, fixada pelo – STF, no julgamento da ADI nº 4650¹⁰.

A referida ação foi proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com o objetivo de abarcar todo e qualquer dispositivo legal que abra espaço para permitir doações financeiras de empresas, tornando-as permitidas exclusivamente para as pessoas físicas¹¹.

Dessa forma, a arrecadação de recursos para campanhas eleitorais por candidatos ou partidos políticos junto a empresas está proibida, ficando legitimada apenas a doação decorrente de pessoas físicas, conforme já regulamentava a Lei Eleitoral. Com isso, após a decisão do STF na ADI 4650, não é mais possível a realização de doações feitas por pessoas jurídicas, a fim de limitar a influência dos doadores sobre as agremiações partidárias, enfraquecendo um ciclo de troca de favores.

Os valores das doações estão limitados em 10% sobre os rendimentos brutos do doador, sendo utilizado como base o ano anterior à eleição, considerando a declaração de imposto de renda do doador. Para as doações estimáveis em dinheiro, o limite máximo consiste no valor de R\$ 80.000,00.

No que isso favorece a participação feminina, podemos destacar não só a proibição do financiamento eleitoral, oriundo de pessoa jurídica, mas também no que tange ao horário eleitoral, estabelecido no artigo 93 da Lei n.º 13.165/2015, que trata da garantia de cinco inserções diárias de mensagens dirigidas às mulheres, durante os quatro meses anteriores às eleições. Além disso, 10% do tempo da inserção devem ser destinados às mulheres e 5% a 15% dos recursos do fundo partidário deverão ser dirigidos às candidatas.

Segundo Sacchet e Speck (2012), a relação entre financiamento e desempenho eleitoral é tópico indispensável para aferir os níveis de igualdade política entre homens e mulheres. Para os autores, não basta aumentar o número de candidaturas femininas, é necessário focar nas condições de disputa, já que os recursos financeiros não influenciam apenas o resultado eleitoral, mas, também, o processo de definição das candidaturas.

¹⁰Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4136819>. Acesso em: 27 jul.2020.

¹¹ Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/150/edicao-1/financiamento-eleitoral-no-brasil>. Acesso em: 27 jul. 2020.

Ainda sobre o assunto, os autores destacam que se deve, também, levar em consideração o sistema eleitoral do País. Quando falamos do Brasil, cujo sistema de representação proporcional funciona por meio de lista aberta, a busca pelo voto leva cada candidato a angariar recursos que contribuam para uma campanha de sucesso, o que favorece aqueles candidatos mais bem articulados em redes que conduzem à mobilização de recursos eleitorais.

Um dos fatores tidos como obstáculo à participação feminina na arena política, no Brasil, é o financiamento de campanha eleitoral, sendo esse, também, um tema indispensável para compreender o desempenho dos candidatos nas eleições (SACCHET; SPECK, 2012, p. 11).

Conforme Assis (2017), o financiamento passa a comprometer a competição igualitária de participação entre os candidatos, acentuando a sub-representação das mulheres, já que essas acabam recebendo significativamente menos recursos que os homens. Mesmo com o aprimoramento de mecanismos institucionais de participação, as mulheres se deparam com dificuldades, como o próprio financiamento eleitoral, fator considerado preponderante para mobilização de votos, vindo até a refletir no resultado eleitoral.

Assim sendo, na medida em que não há um pré-ordenamento dos candidatos na lista que determine as suas oportunidades eleitorais, cada um deles compete individualmente pelos votos do eleitor. Este modelo dificulta o acesso político e o bom desempenho eleitoral daqueles candidatos com menores recursos políticos e financeiros (SPECK; SACCHET, 2012, p. 178).

Se para as mulheres ingressar na carreira política é sinônimo de superar barreiras culturais, simbólicas e institucionais, sedimentadas com o tempo, possuir qualquer atributo a mais que resulte em recurso político, significa estar à frente de vários competidores, sobretudo, no que tange a recursos financeiros.

Na corrida pela garantia de votos, possuir meios que favoreçam a captação de recursos financeiros para investir em campanha é considerado um grande diferencial, já que essa condição é capaz de projetar a candidata a alcançar o resultado esperado, ou chegar próximo a isso, com mais facilidade. Quando falamos do último grupo a ser contemplado pelo sufrágio universal, não se faz suficiente somente o direito ao voto, mas também ter condições de ser votada e se eleger.

Isto nos leva a acreditar que candidatas que possuem um bom investimento financeiro de campanha estão inseridas em redes sólidas de relacionamento, que favorecem angariar e articular recursos financeiros e materiais para financiar sua candidatura. A consequência da

presença de tais fatores no processo eleitoral poderá ser aferida por meio do número de votos, bem como no resultado das eleições.

Dessa forma, pressupomos que as doações refletem de maneira significativa no desempenho eleitoral das candidatas, sendo os recursos financeiros destinados a uma campanha um fator preponderante para o sucesso eleitoral, considerando que nem todas as candidatas possuem condições de atrair doadores, visto que isso, também, requer disponibilidade de recursos simbólicos.

2.9 SOBRE CAPITAL POLÍTICO E NÚMERO DE MANDATOS

Na corrida eleitoral por uma vaga no legislativo estadual, o número de mandatos assumidos por uma candidata é preponderante? Isso é o que veremos mais adiante, considerando o perfil de cada postulante nos pleitos de 2010, 2014 e 2018.

Aqui, para melhor dimensionamento dessa variável, iremos classificá-la como capital político, atribuindo a essa o número de mandatos políticos assumidos por uma candidata. Diante disso, se faz necessário, antes de qualquer constatação, definir o que é capital político.

Conforme Bourdieu (1989, p. 187), capital político diz respeito a um crédito firmado na crença e no reconhecimento, sendo uma forma de capital simbólico. Nesse processo de operação de crédito os agentes conferem a uma pessoa ou objeto os próprios poderes que eles reconhecem. Ainda segundo o autor, esse capital só pode ser conservado mediante o trabalho constante, que é necessário não só para acumular o crédito que lhe foi dado, como também para evitar o descrédito.

Miguel (2003) destaca que o capital político é, em grande medida, uma espécie de capital simbólico, considerando o reconhecimento da legitimidade daquele indivíduo para agir na política. Baseando-se em porções de capital cultural (treinamento cognitivo para a ação política), capital social (redes de relações estabelecidas) e capital econômico (que dispõe do ócio necessário à prática política). E, como toda forma de capital, o capital político está desigualmente distribuído na sociedade.

Com base nisso, Bourdieu subdivide o capital político em três categoria: capital delegado, capital convertido e capital heroico. Sendo esses:

a) No que tange ao capital delegado, o autor destaca que é:

[..] como o do sacerdote, do professor e, mais geralmente, do funcionário, produto da transferência limitada e provisória (apesar de renovável, por vezes vitaliciamente) de um capital detido e controlado pela instituição e só por ela: é o partido que, por meio da ação de seus quadros e dos seus militantes,

acumulou no decurso da história um capital simbólico de reconhecimento e de fidelidade (BOURDIEU, 1986, p. 191).

Nessa categoria, é possível inserir os detentores de cargos públicos em geral. Aqui, o político é depositário de um capital que pertence, na verdade, à organização.

b) Já o capital convertido, é o capital pessoal baseado na notoriedade e a popularidade obtidas em outras áreas e que são transferidas para a política. É firmado no fato de ser conhecido e reconhecido na sua pessoa. Podemos identificar essa característica quando um artista, jogador, cantor ou alguma celebridade ingressa na vida parlamentar. O nível de conversão vai variar conforme o acúmulo de outros domínios e atributos que potencializem essa conversão, sendo produto de um processo de acumulação lenta e contínua.

c) Enquanto isso, o capital heroico é derivado do capital convertido. No entanto, se:

[...]este capital pessoal de notável é produto de uma acumulação lenta e contínua, a qual leva em geral toda uma vida, o capital pessoal a que se pode chamar heroico e profético e no qual pensa Max Weber quando fala de 'carisma' é produto de uma ação inaugural, realizada em situação de crise (BOURDIEU, 1986, p. 191).

Para o que trata a pesquisa em questão, utilizaremos as categorias trabalhadas por Miguel (2003), sendo essas:

- a) capital delegado, entendido como o capital originário do próprio campo político e/ou estatal. Isto é, a notoriedade advinda de mandatos eletivos anteriores, da ocupação de cargos públicos (de confiança) no Poder Executivo e da militância partidária;
- b) capital convertido, ou seja, a popularidade conseguida em outros campos e deslocada para a política e também a transferência do capital econômico, por meio de campanhas eleitorais dispendiosas.

Para Sacchet e Speck, capital político pode ser visto como:

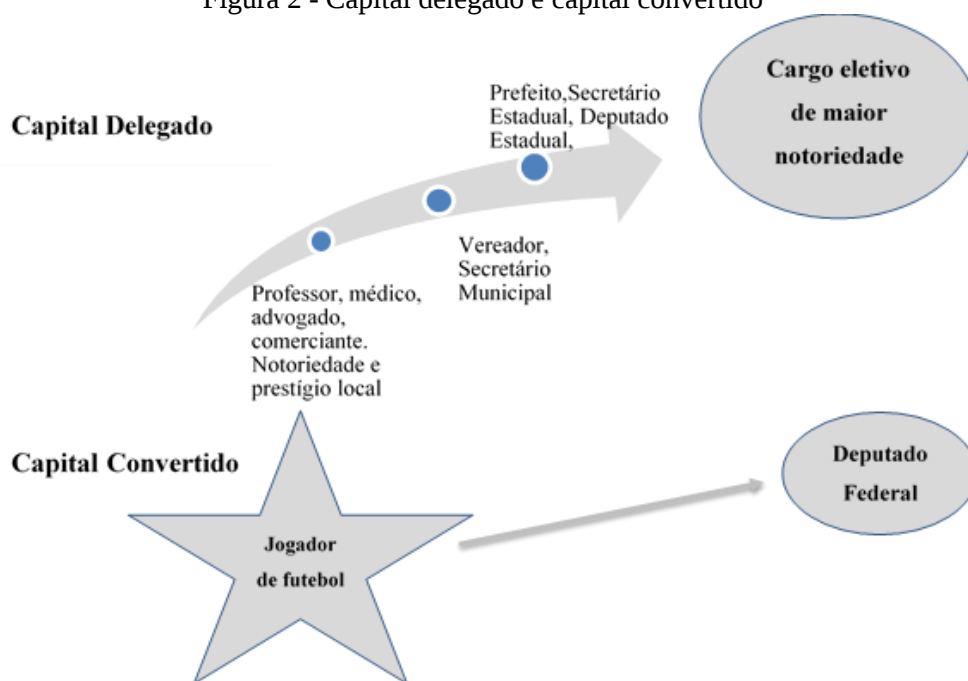
Podemos formular duas hipóteses sobre a influência do capital político. Primeiro, que aqueles candidatos que já ganharam outras eleições, ou que estão na política há mais tempo, mesmo que em cargos não eletivos, têm maior chance de vencer as eleições em disputa. Segundo, que candidatos com capital político elevado têm acesso a mais recursos financeiros do que outros candidatos em situação diferente. Uma das informações que capta de forma simplificada o capital político dos candidatos é a reeleição. Assim, a análise a seguir sobre a possível influência do capital político no desempenho dos candidatos usa como único indicador esta variável (reeleição) (SACCHET; SPECK, 2012, p. 17).

Seguindo o exemplo apresentado por Miguel (2003):

Em uma situação hipotética, considerando duas trajetórias políticas idealtípicas, sendo um político detentor de uma capital delegado e outro de um capital convertido. Para o político do tipo "capital delegado", a carreira política faz-se paulatinamente, começando com os cargos eletivos mais baixos (Vereador); ou então, após longas estadas em cargos públicos ou partidários. Imaginemos que esse provavelmente possuía algum tipo de notoriedade, em outro campo de atuação, como: um profissional liberal, professor, médico, possuindo um certo prestígio local, lançando-se candidato. Já o político do tipo "capital convertido", por outro lado, possui grande capital não-político e busca convertê-lo de modo a logo alcançar uma posição mais elevada (MIGUEL, 2003, p. 121 e 122).

O que acontece é que os diferentes tipos de capital migram de um campo para outro. Contudo, com eficácia diferenciada. O capital econômico transforma-se com relativa facilidade em capital escolar, considerando a possibilidade de compra de educação; o capital cultural pode transformar-se em capital artístico sem muitas dificuldades.

Figura 2 - Capital delegado e capital convertido



Fonte: Adaptada pela autora (2020)

Ambas as trajetórias são consideradas tipos ideais. Carreiras políticas concretas fazem-se por meio de uma mistura complexa dos atributos que cada candidato carrega. O que não se deve deixar de lado é a fundamental importância da visibilidade, por meio dos canais de comunicação de massa, sendo esses um elemento cada vez mais relevante (MIGUEL, 2003).

Miguel ainda destaca que há uma transferência efetiva de capital simbólico, permitindo o ingresso no campo político, exemplificando que dirigentes de sindicatos e associações profissionais já exercem função representativa, facilitando, assim, o acesso à política eleitoral.

Como já destacado, o capital familiar costuma ser herdado, juntamente com a rede de vínculos e lealdade, sendo convertido, junto com o capital social, em capital político, com mais facilidade, favorecendo a inserção na carreira política.

2.10 O *POOL* DA ELEGIBILIDADE

Em uma pesquisa desenvolvida para identificar a maneira como o gênero interage com a decisão inicial de concorrer, Fox e Lawless (2012) apresentam até que ponto a escassez de mulheres em cargos eletivos pode ser atribuída à inércia institucional, em vez de ser atribuída a vestígios de uma socialização fundada nos papéis sexuais tradicionais, destacando que a sub-representação feminina nos cargos eletivos, nos Estados Unidos, está atribuída à maneira como o gênero interage com a decisão inicial de concorrer.

A explicação dos autores baseia-se na ideia do *pool* de elegibilidade. Termo utilizado para superar as limitações da abordagem reputacional, sendo uma concepção pela qual podem ser testadas, rigorosamente, as diferenças de gênero nas ambições políticas.

O que aqui queremos destacar é que, segundo a pesquisa, a medida em que mais mulheres entram no *pool* de candidatos qualificados, elas, enquanto candidatas, cada vez mais terão boas oportunidades de êxito político e vitória eleitoral, tendo em vista que os custos de entrar na arena política são diferentes para homens e mulheres.

A abordagem do *pool* de elegibilidade diz respeito às potencialidades e tendências de um candidato ou candidata, por meio da profissão que ocupa, ter mais probabilidade de preceder uma carreira política. A explicação baseada no *pool* de elegibilidade postula que à medida que as mulheres se inserem nos campos do direito e dos negócios, se tornam mais comparáveis aos homens, o que ocorrerá, também, com seu *status* econômico e sua probabilidade de concorrer a cargos eletivos.

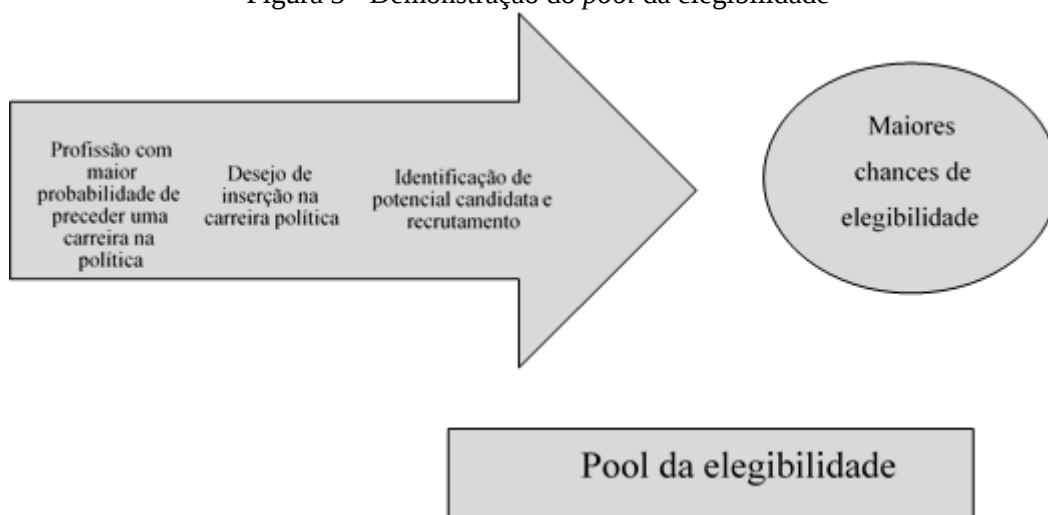
Ainda, conforme a pesquisa feita por Fox e Lawless (2012), a maioria dos estudos sobre gênero e candidaturas políticas conclui que a solução para as disparidades de gênero em cargos eletivos é um aumento na proporção de mulheres nas profissões que funcionam como conduto. Com isso, as mulheres têm muito menos probabilidades do que os homens de surgir do *pool* de candidatos potenciais a concorrer a cargos eletivos.

As evidências encontradas no estudo feito pelos referidos autores revelam que as diferenças de gênero fundamentais estão situadas na fase do processo eleitoral em que ocorre o surgimento dos candidatos, pelo qual potenciais candidatos se tornam candidatos propriamente ditos. O resultado da pesquisa endossou que as mulheres têm probabilidade muito menor do

que os homens de receber incentivos provenientes de uma fonte política. Além disso, é destacado que as mulheres têm muito menos probabilidade do que os homens de se considerar qualificadas para concorrer, porém mais probabilidade de se basear em suas qualificações autopercebidas, ao refletir sobre se deveriam entrar na arena eleitoral.

Considerando o exposto, o que os autores querem destacar é que os padrões de recrutamento, ou a sua ausência, parecem solidificar as autopercepções das mulheres em relação as suas potenciais capacidades para concorrer a um cargo eletivo. O recrutamento funciona como um vetor incentivo, preparando e mostrando possibilidades para as candidatas se dedicarem a carreira eleitoral.

Figura 3 - Demonstração do *pool* da elegibilidade



Fonte: Adaptada pela autora (2020)

O recrutamento é influenciado por fatores individuais que têm funções específicas internas nos processos de oferta e de demanda de candidatos. A oferta é explicada pelo desejo de os aspirantes se lançarem na carreira política, oferecendo seus nomes para concorrerem. Os fatores motivacionais (impulso, ambição e interesse) e o capital político (recursos que trazem para o processo, como tempo, dinheiro, experiência, conexão política) estimulam os/as aspirantes à competição eleitoral. A demanda ou procura por candidatos/as relaciona diretamente o aspirante aos que selecionam, determinando critérios apropriados à escolha de aspirantes aos cargos políticos, dentro de um padrão que garanta a lógica do mercado (ÁLVARES, 2008, p. 899).

Os atributos presentes em uma candidata, como experiências, habilidades, qualificações, despertam as percepções do “porteiro” (*gatekeeper*) para investir no recrutamento ou não da aspirante ao cargo eletivo, dependendo do nível desses recursos.

Entender as razões que levam uma candidata ao sucesso eleitoral é fundamental para a compreensão da dinâmica e do desempenho de um regime democrático. Dessa forma, nos propomos a testar as hipóteses já destacadas no início deste trabalho, a fim de identificar padrões mais consistentes para predizer o fenômeno pesquisado.

3 METODOLOGIA

A referida seção trata das principais descrições inerentes ao desenho da pesquisa. Aqui, o objetivo é apresentar os caminhos escolhidos para analisar o fenômeno em tela. Dessa forma, iremos fazer um breve resgate do universo pesquisado, considerando os procedimentos metodológicos, público-alvo e recorte cronológico e local.

O presente estudo possui uma base lógica hipotético-dedutiva, contemplando uma pesquisa de natureza descritiva, com adesão do método quantitativo, considerando que esse tipo de pesquisa tem como principal objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2008).

3.1 APRESENTAÇÃO DAS VARIÁVEIS, AMOSTRAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE COLETA DE DADOS

Abaixo, segue o Quadro 1, que se refere à descrição das variáveis que foram trabalhadas para concretização da pesquisa.

Quadro 1 - Apresentação das variáveis

NOME DA VARIÁVEL	TIPO	DESCRIÇÃO
Capital Social (CS)	Independente Dicotômica	1 – Inserção em entidades associativas, religiosas e de representação, como: grêmios, associações, sindicatos, igrejas – além de pertencer a algum movimento social.
		0 – Não está inserida em nenhuma das categorias citadas acima.
Capital Político (CP)	Independente Dicotômica	1 – Possui ou já teve algum mandato eletivo.
		0 – Nunca teve mandato eletivo.
Parentesco	Independente Dicotômica	1 – Possui vínculo parental com alguma figura mandatária de cargo político e/ou pertencente a alguma família tradicional no estado.
		0 – Não possui vínculo parental com alguma figura mandatária de cargo político e/ou pertencente a alguma família tradicional no estado.
Financiamento de Campanha (Fincamp)	Independente Numérica contínua.	Montante final arrecadado por cada candidata, tendo como base de referência, quanto à significância, o maior valor recebido registrado.
Percentual de votos (Percvotos)	Dependente - contínua	Quantidade percentual de votos recebidos por cada candidata.

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Como trabalhamos com algumas variáveis que possuem representação com características qualitativas, estabelecemos *dummy*, para que essas assumam, apenas, dois resultados possíveis nos eventos, sendo: 0 para “não possui” e 1 para “possui”. A exceção é a variável independente “financiamento de campanha” e a variável dependente “percentual de votos”, pois são contínuas.

Baseando-se na técnica de coleta de dados não aleatórios, por meio de fontes públicas, buscamos no Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que trata das prestações de contas das candidatas, as informações referentes ao financiamento de campanha; quanto ao capital político das candidatas, coletamos informações inerentes às mesmas, dos sites do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Assembleia Legislativa de Pernambuco e blogs locais; as informações concernentes às variáveis capital social e parentesco, buscamos em fontes virtuais, como redes sociais, blogs pessoais e locais e páginas de internet; os percentuais de votos das postulantes foram coletados dos sites do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e de sites de jornais, como: UOL, Folha de São Paulo e G1 – que apresentaram o placar e apuração de votos. Além da coleta de dados, utilizamos a pesquisa bibliográfica, com achados teóricos sobre o tema em questão.

Os dados foram mensurados e graficamente analisados, com o auxílio de procedimentos, como: Estatística descritiva e Regressão Linear Múltipla, e analisados por meio de ferramentas multifuncionais, tais quais, Excel e *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

A população estudada foram mulheres com candidaturas aptas a concorrerem ao cargo de deputada estadual em Pernambuco, nos pleitos de 2010, 2014 e 2018.

No Quadro 2 a seguir é feita a descrição das amostras, conforme ano eleitoral, tomando como base as informações coletadas por meio das fontes outrora mencionadas.

Quadro 2 - Informações candidaturas, eleições 2010

Eleições 2010	
Quantidade de candidaturas aptas registradas	59
Identificação de parentesco	10
Presença de Capital Político	11
Detentoras de Capital Social	13
Menor e Maior Valor do Financiamento de Campanha	0 – 533.850,00
Menor e Maior percentual de Votos	0,00% - 1,10%
Observações	59

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Quadro 3 - Informações candidatas, eleições 2014

Eleições 2014	
Quantidade de candidaturas aptas registradas	122
Identificação de parentesco	09
Presença de Capital Político	10
Detentoras de Capital Social	18
Menor e Maior Valor do Financiamento de Campanha	0 – 1.239.182,00
Menor e Maior percentual de Votos	0,00% - 1,76%
Observações	122

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Quadro 4 - Informações candidatas, eleições 2018

Eleições 2018	
Quantidade de candidaturas aptas registradas	212
Identificação de parentesco	24
Presença de Capital Político	16
Detentoras de Capital Social	56
Menor e Maior Valor do Financiamento de Campanha	0 – 1.128.165,38
Menor e Maior percentual de Votos	0,00% – 9,15%
Observações	212

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

3.1.1 Procedimentos metodológicos

A pesquisa possui uma abordagem quantitativa, considerando a sua linearidade - parte da teoria e termina com a validação, baseada em testagem. Estudos quantitativos têm por objetivo testar uma suposição já anteriormente formulada na forma de hipótese (FLICK, 2009, p. 87). Contudo, para testar uma hipótese, temos primeiro que operacionalizá-la.

Conforme Lakatos e Marconi (2003, p. 125), podemos considerar a hipótese como um enunciado geral de relações entre variáveis (fatos, fenômenos):

- a) formulado como solução provisória para um determinado problema;
- b) apresentando caráter explicativo ou preditivo;
- c) compatível com o conhecimento científico (coerência externa) e revelando consistência *lógica* (coerência interna);
- d) sendo passível de verificação empírica em suas consequências.

Dito isso, vale resgatar a questão de pesquisa que nos propomos responder: o capital social e político, o parentesco e o financiamento de campanha são capazes de aumentar o percentual de votos de mulheres candidatas a deputada estadual? Tendo como prováveis as seguintes hipóteses a serem testadas:

- H1 – o capital social aumenta o percentual de votos;
- H2 – o capital político aumenta o percentual de votos;
- H3 – o parentesco aumenta o percentual de votos;

H4 – o financiamento de campanha aumenta o percentual de votos.

A operacionalização das hipóteses dar-se-á pela correlação entre as variáveis, ou seja, quando uma mudança no valor de uma variável é associada a uma mudança na outra variável (FLICK, 2009, p. 144).

Ainda sobre isso, podemos destacar que:

Portanto, uma variável pode ser considerada como uma classificação ou medida; uma quantidade que varia; um conceito operacional, que contém ou apresenta valores; aspecto, propriedade ou fator, discernível em um objeto de estudo e passível de mensuração. Os valores que são adicionados ao conceito operacional, para transformá-lo em variável, podem ser quantidades, qualidades, características, magnitudes, traços, etc., que se alteram em cada caso particular e são totalmente abrangentes e mutuamente exclusivos. Por sua vez, o conceito operacional pode ser um objeto, processo, agente, fenômeno, problema etc. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 137).

3.1.2 Instrumentos para analisar e interpretar os dados

Para verificar a incidência do capital social e político, parentesco e financiamento de campanha no aumento do percentual de votos, faremos uso de procedimentos da estatística descritiva, a fim de explicar relações causais e previsões entre as variáveis, buscando controlar o fenômeno que se deseja estudar. Dentre os inúmeros tipos de procedimentos oferecidos pela estatística descritiva, para investigação de dados, um dos mais difundidos e detentor de um amplo poder de explicação de previsões, é a Regressão.

Dessa forma, faremos uso da análise de regressão linear múltipla, considerando que se presta a atender situações cujo fenômeno quantitativo prevê uma única variável dependente discreta ou contínua, a partir do conhecimento de duas ou mais variáveis preditoras.

Para tanto, vale ressaltar que, ao realizarmos uma pesquisa teórica sobre um determinado fenômeno que desejamos analisar, geralmente, encontramos relações anteriores já estudadas e comprovadas por outros autores. Diante disso, é possível contar com uma base consolidada de informações para subsidiar a definição de quais variáveis serão explicadas e quais são as que explicarão determinados fenômenos.

Com isso, dá-se o nome de variável dependente à explicada, considerando o valor assumido por depender da variação de outras variáveis. A(s) variável(is) explicativa(s) é(são) chamada(s) de variável(is) independente(s), porque seu(s) valor(es) não se altera(m) quando o valor de outras variáveis muda (PEREIRA *et al.*, 2019).

No que diz respeito ao modelo procedimental de análise, utilizaremos ferramentas da estatística descritiva, como a análise de correlação e a regressão linear. Reiteramos que, como

trabalhamos a relação de mais de duas variáveis, sendo essas, uma dependente e as demais independentes, é necessário calcular os coeficientes de correlação bivariada e a regressão linear múltipla das variáveis de interesse.

3.1.3 Correlação de variáveis

A quantificação do grau de associação entre duas variáveis é feita por meio dos coeficientes de correlação, sendo esses, medidas que descrevem, por meio de um único número, a associação (ou dependência) entre duas variáveis (MORETIN; BUSSAD, 2010). Esse coeficiente tem variação entre 0 e 1, ou entre -1 e $+1$, e quanto mais se aproxima de zero, maior a possibilidade de ausência de associação.

Dentre as várias medidas existentes de quantificação de associação entre variáveis qualitativas, aqui, analisaremos apenas: o coeficiente de Pearson e o de Spearman.

3.1.4 Análise do coeficiente de correlação de Pearson x Spearman

A referida subseção se destina à análise da correlação de variáveis. Como já mencionado, o objetivo da pesquisa é provar que atributos como: capital social, capital político, parentesco e financiamento de campanha aumentam o percentual de votos de uma candidata a deputada estadual em Pernambuco, em períodos já aqui mencionados.

Dito isso, é de fundamental importância confirmarmos a existência de correlação entre a variável dependente (Y) e cada uma das variáveis independentes (X), conforme ano eleitoral (2010, 2014 e 2018), atentando aos requisitos determinados por cada procedimento da estatística descritiva.

Conforme Lira e Chaves Neto (2006), a análise de correlação é uma ferramenta importante para as diferentes áreas do conhecimento, não somente como resultado final, mas como uma das etapas para a utilização de outras técnicas de análise de dados, sendo o coeficiente de correlação de Pearson o método mais usualmente conhecido para medir a correlação entre duas variáveis.

- 1- Em um processo de correlação linear de Pearson, o sinal aponta se a direção da relação é positiva ou negativa e o valor sugere a força da relação entre as

variáveis¹², sendo que, quanto mais próximo de 1, mais forte será a dependência estatística linear da relação. Se o valor estiver mais próximo de zero, menor será a magnitude dessa relação. Abaixo, segue a Tabela 1 com descrição de magnitude (força).

Tabela 1- Grau de magnitude da correlação ¹³

R	Definição da Magnitude
0,10 a 0,30	Fraca
0,40 a 0,60	Moderada
0,70 a 1	Forte

Fonte: Elaborada pela autora (2020)

Vale salientar que uma correlação de valor zero indica que não há relação linear entre as variáveis. Contudo, uma correlação é considerada perfeita (-1 ou 1), quando indica que o escore de uma variável pode ser determinado exatamente ao se saber o escore da outra, (FIGUEIREDO FILHO; JÚNIOR, 2009).

No entanto, a aplicação da correlação linear de Pearson requer o cumprimento e adequação de determinados requisitos, tais como: normalidade na distribuição dos resíduos, homogeneidade na variância, linearidade e ausência de multicolinearidade. Os princípios de linearidade e associação devem estar presentes no compartilhamento de variância. A violação de um desses inviabiliza o uso do referido procedimento, tornando-o inadequado.

Diante disso, foram desenvolvidos coeficientes de correlação derivados do coeficiente linear de Pearson (r) para situações em que a suposição de que as variáveis devem ser medidas no mínimo em nível intervalar não é atendida (ESPÍRITO-SANTO; DANIEL, 2017). A transformação dos dados para a obtenção da medida mais adequada, e ainda o uso de outros coeficientes, como o coeficiente de correlação de Spearman, é uma das alternativas.

O coeficiente de Spearman, designado pela letra grega “rho” e representado por ρ , é usado para calcular a correlação entre variáveis mensuradas em nível ordinal, podendo ser, também, utilizado em situações em que a relação entre os pares de dados não é linear, dispensando qualquer pressuposto concernente à distribuição de probabilidade das variáveis. Assim como o coeficiente de Pearson, o de Spearman é avaliado no intervalo entre -1 e 1.

¹² Para melhor interpretação da análise de correlação, é imprescindível observar o coeficiente de determinação. Por meio desse é possível aferir o quanto a variável X explica em porcentagem a variável Y. O coeficiente de determinação pode variar entre 0 e 1. Se o modelo de regressão é propriamente aplicado e estimado, podemos assumir que quanto maior o valor de R^2 , maior o poder de explicação da equação de regressão e, portanto, melhor a previsão da variável dependente (HAIR JUNIOR *et al.*, 2009).

¹³ Ver: Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/viewFile/3852/3156>. Acesso em: 23 out 2020.

Conforme Lira e Chaves Neto (2006), a interpretação de correlação ordinal não pode ser feita da mesma maneira que é feita com medidas em nível intervalar. Inicialmente, as correlações ordinais não mostram necessariamente tendência linear, porém podem ser consideradas como índices de monotonicidade: aumentos positivos na correlação, aumentando X o valor de Y também será aumentado, e para coeficientes negativos ocorre o oposto. Além disso, o estimador de Spearman é derivado a partir do estimador do coeficiente de correlação linear de Pearson.

Importante salientar que, a análise de correlação de variáveis está intimamente ligada a análise de regressão. Utiliza-se os mesmos dados para ambas. Com esses dados é possível gerar um diagrama de dispersão, observando a tendência linear, a normalidade na distribuição dos resíduos e variância.

Dessa forma, dependendo de como os dados se comportarão ao realizarmos a demonstração gráfica, por meio do diagrama de dispersão, teremos a alternativa de utilizar a correlação de Pearson ou a de Spearman.

Assim, cabe perguntar: Existe relação entre a presença do capital social e político, o parentesco, o financiamento de campanha e o aumento do percentual de votos de uma candidata a deputada estadual em Pernambuco, nos anos de 2010, 2014 e 2018? E como é essa relação? É o que será visto nas seções seguintes.

3.1.5 Análise do diagrama de dispersão

O diagrama de dispersão é um dos métodos mais usados para a investigação de pares de dados. É uma forma gráfica de analisar a possível relação entre duas variáveis quantitativas. Por meio da apresentação da disposição dos pontos no plano cartesiano (entre X e Y), podemos observar a normalidade da relação.

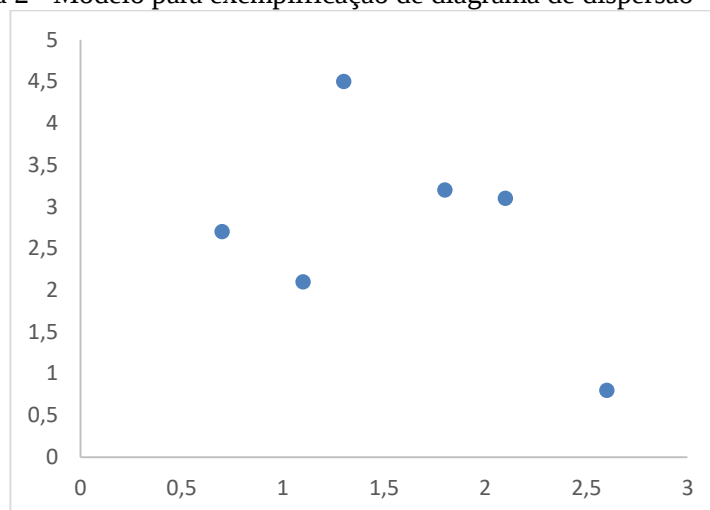
Importante destacar que: quanto menor for a dispersão dos pontos, maior será a correlação entre os dados; quanto maior for a dispersão dos pontos, menor será o grau de relacionamentos entre os dados.

Conforme Hair Junior *et al.* (2009), o diagrama de dispersão é o método mais popular para examinar relações bivariadas, sendo um gráfico de pontos baseado em duas variáveis: uma variável indica o eixo horizontal e a outra indica o eixo vertical, considerando que variável pode ser qualquer valor métrico (Figura 4).

Os pontos no gráfico dizem respeito aos valores conjuntos relacionados às variáveis para qualquer caso dado. A relação entre as variáveis é designada pelo padrão dos pontos. A

disposição de vários pontos ao longo de uma linha reta indica uma relação linear ou correlação. Já quando esses pontos têm um aspecto curvilíneo pode denotar uma relação não-linear, a qual pode ser classificada de várias maneiras (HAIR JUNIOR *et al.*, 2009).

Figura 2 - Modelo para exemplificação de diagrama de dispersão



Fonte: Elaborada pela autora (2020)

3.1.6 Teste de normalidade e homogeneidade

A normalidade se refere à forma da distribuição de dados para uma variável métrica individual e sua correspondência com a distribuição normal, sendo o padrão de referência para métodos estatísticos (HAIR JUNIOR *et al.*, 2009, p. 82).

Os testes de normalidade mais comuns e disponíveis no SPSS são o teste Shapiro-Wilks e uma modificação do teste de Kolmogorov-Smirnov. Cada qual calcula um nível de significância para as diferenças em relação a uma distribuição normal. No entanto, é importante destacar que os testes de significância são menos úteis em amostras pequenas (menos que 30), já para o oposto, amostras grandes, (que excedem 1000 observações), esses testes apresentam um nível de sensibilidade significativa.

Para tanto, é aconselhável o uso de testes gráficos e testes estatísticos para avaliar o grau real de desvio da normalidade (HAIR JUNIOR *et al.*, 2009, p. 84). Esses testes possuem como hipótese nula e alternativa, respectivamente:

H_0 : distribuição da amostra é = a da distribuição normal

H_1 : distribuição da amostra é $\neq$ da distribuição normal

Portanto, para obter a resposta, é preciso verificar o valor de p^{14} , pois, caso esse seja $<0,05$ (rejeita-se a hipótese nula), a distribuição não é normal, o contrário ($>0,05$), considera-se que os dados têm uma distribuição normal.

Quanto aos testes para identificar a homogeneidade de variância (homocedasticidade), o mais comum e utilizado é o teste de Levene. Ele é usado para avaliar se as variâncias de uma única variável métrica são iguais em qualquer número de grupos.

Segundo Almeida *et al.* (2008), várias técnicas estatísticas requerem a suposição de igualdade de variâncias das variáveis de interesse para as populações envolvidas. Contudo, o teste padrão de homogeneidade de variâncias (teste de Bartlett) é uma ferramenta eficiente, caso as variáveis apresentem distribuição aproximadamente normal. Quando a suposição de normalidade é violada, um procedimento relativamente insensível a desvios da normalidade é o teste de Levene. Este é considerado um teste robusto, tendo em vista que, na ausência de normalidade, seu tamanho real é próximo do nível de significância fixado para uma grande variedade de distribuições de probabilidade.

Conforme Vieira (2016)¹⁵, a lógica do teste de Levene é simples: quanto maiores são os quadrados dos resíduos, maiores são as variâncias. Então, se as variâncias são homogêneas, o resultado do teste F para comparar as médias dos quadrados dos resíduos será não significativo.

3.1.7 Regressão linear múltipla (RLM)

Por meio do modelo de regressão linear múltipla, é possível observar a relação entre uma variável dependente Y , sendo esse o fenômeno que o pesquisador quer entender/explicar/predizer e duas ou mais variáveis X , chamadas de independentes, sendo essas aquilo que o pesquisador acredita que pode ajudar a explicar/entender/predizer a variação de Y (FIGUEIREDO FILHO *et al.*, 2011; HAIR JUNIOR *et al.*, 2009).

¹⁴ Conforme Ferreira e Patino (2015), a forma mais comum de se abordar esse problema é utilizar um teste de hipótese. Primeiramente, estabelecemos a hipótese nula de nenhuma diferença estatística entre os grupos e a hipótese alternativa de uma diferença estatística. Em seguida, selecionamos um teste estatístico para computar uma estatística de teste, que é uma medida numérica padronizada da diferença entre os grupos. Sob a hipótese nula, esperamos que o valor da estatística de teste seja pequeno, mas há uma pequena probabilidade que essa seja grande, somente por acaso. Uma vez calculada a estatística de teste, a utilizamos para calcular o valor- p . O valor- p é definido como a probabilidade de se observar um valor da estatística de teste maior ou igual ao encontrado. Tradicionalmente, o valor de corte para rejeitar a hipótese nula é de 0,05, o que significa que, quando não há nenhuma diferença, um valor tão extremo para a estatística de teste é esperado em menos de 5% das vezes. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1806-37132015000000215>. Acesso em: 19 nov. 2020

¹⁵ Disponível em: <http://soniavieira.blogspot.com/2016/12/teste-de-levene-para-homocedasticia.html>. Acesso em: 19 nov. 2020.

O objetivo é usar os valores das variáveis independentes para prever os valores da variável dependente selecionada. Segundo Hair Junior *et al.* (2009), cada variável independente é ponderada pelo procedimento da análise de regressão para garantir uma máxima previsão.

O uso de mais de uma variável independente levanta a questão da possibilidade de melhoramento ainda mais da previsão, pois dados adicionais, obtidos por meio das variáveis independentes, serão usados para favorecer a previsão de Y (variável dependente) no evento estudado.

Por meio do processo de regressão é possível estimar o grau de associação entre X e Y, bem como avaliar a direção e magnitude dessa correlação entre essas variáveis. Além do mais, é possível identificar a contribuição de cada variável independente sobre a capacidade preditiva do modelo como um todo (FIGUEIREDO FILHO *et al.*, 2011).

A análise de regressão gera uma equação para descrever a relação estatística entre uma ou mais variáveis preditoras e a variável resposta. Para tanto, é fundamental a notação do modelo estatístico para regressão linear múltipla, com mais de duas variáveis, como se segue:

$$\text{Equação 1 – Modelo para regressão} \\ Y = \beta_0 + \beta_1.X_{1i} + \beta_2.X_{2i} + \beta_3.X_{3i} + \beta_4.X_{4i} + \varepsilon_i$$

Em que:

Y é valor previsto da variável dependente que será obtido por meio do modelo estimado.

β_0 é a constante ou coeficiente linear; quando todos os χ forem iguais à 0, o valor de β_0 corresponderá Y

β_n é o coeficiente de cada variável independente

X_1 – variável independente

X_2 – variável independente

X_3 – variável independente

X_4 – variável independente

ε é o termo de erro ou resíduo

i é a representação de cada uma das variáveis da amostra ($i = 1, 2, 3...n$, em que n é o tamanho da amostra).

Para interpretar os resultados da análise de regressão precisamos atentar aos valores dos coeficientes estatísticos, por exemplo: p-valor. Existem coeficientes iguais a zero, ou seja, sem efeito para explicação do fenômeno analisado. Deve-se atentar ao valor-p, considerando

que sendo esse $< 0,05$ indicará que a hipótese nula poderá ser rejeitada. Portanto, uma variável preditora, que possui um valor-p baixo, certamente será um acréscimo significativo ao modelo, já que as modificações no valor das variáveis preditoras estão relacionados a alterações na variável resposta. O oposto disso, valor-p maior que $>0,05$, revela insignificância, sugerindo que as alterações na preditora não estão ligadas a mudanças na variável resposta/dependente.

Conforme Hair Junior *et al.* (2009), estabelecendo um nível de significância em 0,05, resulta em um intervalo de confiança de $\pm 1,96 \times$ erro padrão, denotando os limites externos que contêm 95% dos coeficientes estimados de amostras repetidas.

4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÕES

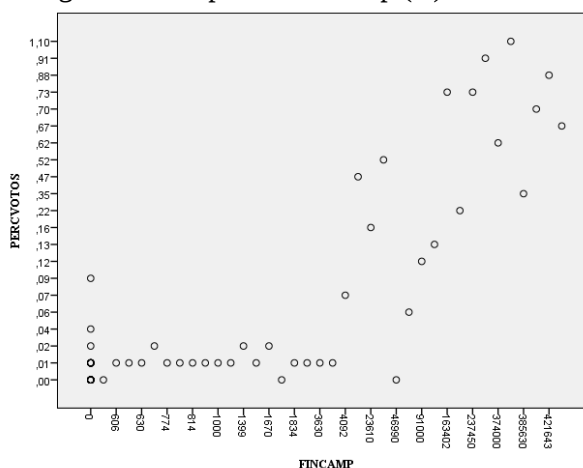
Esta seção se dedica à apresentação da análise dos dados e dos resultados, obtidos por meio de testes e procedimentos estatísticos, relacionados às amostras extraídas das eleições do ano de 2010, 2014 e 2018, em busca de responder a nossa questão de pesquisa.

A partir da proposta, seguiremos os seguintes passos: análise da distribuição dos dados, por meio do gráfico de dispersão, para os pares numéricos; aplicação dos testes de normalidade quanto à distribuição dos resíduos e homogeneidade de variância, designação do coeficiente de correlação, e análise da regressão múltipla das variáveis de interesse.

4.1 ANÁLISE DOS RESÍDUOS E TESTE NÃO PARAMÉTRICO – ELEIÇÕES 2010

A Figura 5 apresenta o diagrama de dispersão dos pares de variáveis contínuas X (Fincamp) e Y (Percvotos), no ano de 2010. A partir do gráfico, calculou-se o coeficiente de correlação entre as variáveis, sendo esse: $r = 0,745$, o que revela a existência de uma forte correlação positiva entre as variáveis.

Figura 5 - Diagrama de dispersão Fincamp (X) - Percvotos (Y), 2010



Fonte: Elaborada pela autora (2020)

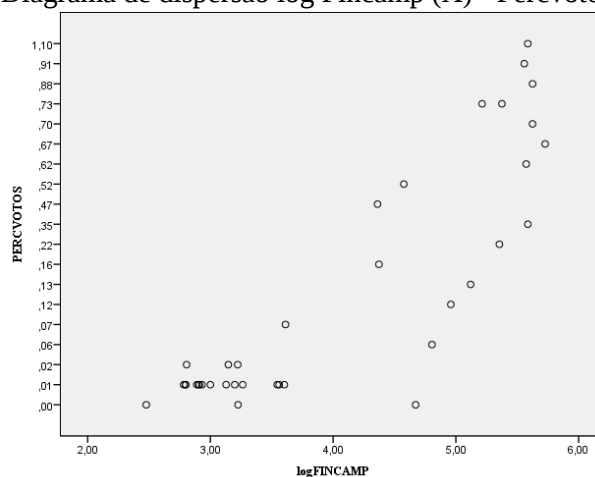
O gráfico de dispersão dispõe de uma tendência à linearidade, no entanto, é possível perceber a ausência de normalidade na distribuição dos dados, mesmo após a logaritmização da variável (Fincamp), como mostra a Figura 6, violando o pressuposto de normalidade. Para confirmar a observação, realizamos os testes de normalidade (Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk), disponíveis no Apêndice A.

Considerando que em ambos os testes o p-valor foi $<0,05$, rejeitamos a hipótese nula (H_0) e confirmamos que os dados da amostra diferem da distribuição normal. Sendo:

H_0 : distribuição da amostra = distribuição normal ($p>0,05$)

H_a : distribuição da amostra $\neq$ distribuição normal ($p<0,05$)

Figura 6 - Diagrama de dispersão log Fincamp (X) - Percvotos (Y), 2010



Fonte: Elaborada pela autora (2020)

Quanto ao requisito homocedasticidade (homogeneidade de variância), o teste de Levene apresentou um nível de significância = 1,000, conforme Tabela 2 abaixo.

Tabela 2 - Teste de variância (Levene), 2010

F	df1	df2	Sig.
,035	111	94	1,000

Fonte: Elaborada pela autora (2020)

A partir do resultado, tendo em vista o valor de Sig (p-valor) maior que o nível de significância escolhido de 5%, a hipótese de igualdade de variância não foi rejeitada.

H_0 : variância da amostra = as demais ($p>0,05$)

H_a : variância da amostra $\neq$ das demais ($p<0,05$)

Dessa forma, o resultado apresentado no teste de homogeneidade contra a hipótese de que existe pelo menos uma variância diferente das demais não é significativo ($p>0,05$).

Diante da ausência de normalidade na distribuição dos dados, utilizamos a correlação de Spearman, por se tratar de uma medida não paramétrica, conforme demonstração no Apêndice B. Como já informado, o resultado sugeriu uma correlação forte e positiva entre as variáveis.

A correlação de Spearman também foi utilizada para estimar o nível de relacionamento entre os pares Capital Social (CS) e Percentual de Votos (Percvotos); Capital Político (CP) e Percentual de Votos (Percvotos); Parentesco e Percentual de Votos (Percvotos), já que essas relações são compostas por uma variável categórica (não paramétrica) e outra contínua. O resultado foi a demonstração de correlações positivas, de magnitude moderada, com significância (p-valor <0,05). Para constatação da informação, ver as saídas do SPSS no Apêndice B.

Tabela 3 - Coeficiente de Correlação para dados não paramétricos, 2010

	Variáveis de interesse	Coef. Spearman	p-valor
Correlações	X ₁ Fincamp		,000
		Percvotos (Y)	0,745
	X ₂ CS	Percvotos (Y)	0,522
		Percvotos (Y)	0,525
	X ₃ CP	Percvotos (Y)	0,496
	X ₄ Parentesco		,000

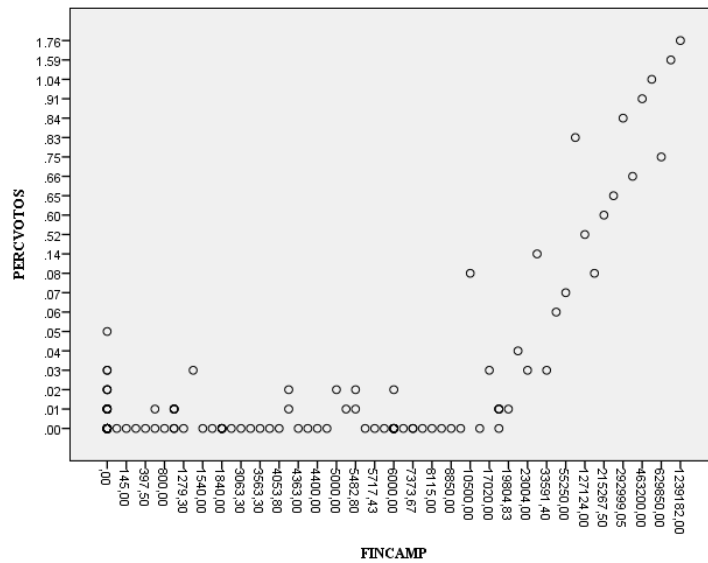
Fonte: Elaborada pela autora (2020)

A Tabela 3 apresenta o valor dos coeficientes de covariância e de significância das relações, sugerindo que o relacionamento dos pares Fincamp – Percvotos, dentre os demais, é o que possui o maior grau de magnitude, demonstrando o quanto a variável X₁ interfere no resultado de Y. Todas as relações possuem direção positiva.

4.2 ANÁLISE DOS RESÍDUOS E TESTE NÃO PARAMÉTRICO – ELEIÇÕES 2014

A Figura 7 apresenta o diagrama de dispersão dos pares de variáveis contínuas X (Fincamp) e Y (Percvotos). A partir do gráfico, calculou-se o coeficiente de correlação entre as variáveis em questão, sendo esse: $r = ,424$, o que revela a existência de uma correlação moderada e positiva entre as variáveis, no ano de 2014.

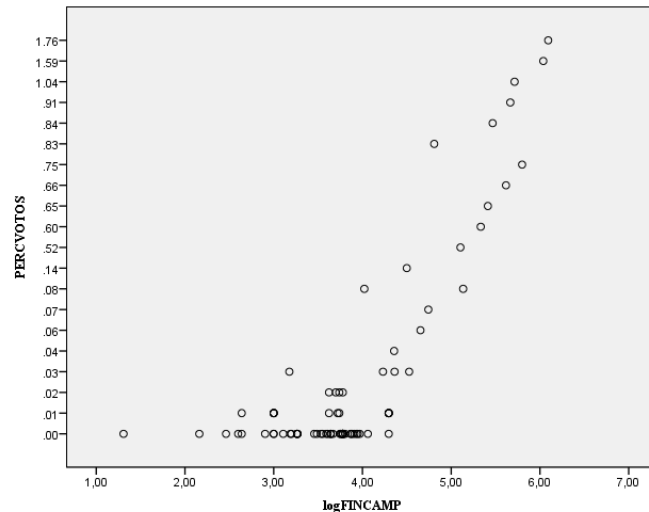
Figura 7 - Diagrama de dispersão Fincamp (X) - Percvotos (Y), 2014



Fonte: Elaborada pela autora (2020)

O gráfico de dispersão dispõe de uma tendência à linearidade, no entanto, é possível perceber a ausência de normalidade na distribuição dos dados, mesmo após a logaritmização da variável (Fincamp), como mostra a Figura 8, violando o pressuposto de normalidade. Para confirmar a observação, realizamos os testes de normalidade (Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk), disponíveis no Apêndice A.

Figura 8 - Diagrama de dispersão log Fincamp (X) - Percvotos (Y), 2014



Fonte: Elaborada pela autora (2121)

Considerando que em ambos os testes o p-valor foi $<0,05$, rejeitamos a hipótese nula (H_0) e confirmamos que os dados da amostra diferem da distribuição normal. Sendo:

H_0 : distribuição da amostra = distribuição normal ($p > 0,05$)

Ha: distribuição da amostra $\neq$ distribuição normal ($p < 0,05$)

Já o teste de homogeneidade de variância teve como resposta um p-valor de 0,903 ($p > 0,05$), conforme Tabela 4. Com isso, a hipótese nula de igualdade de variância não foi rejeitada. Portanto, as amostras são compatíveis e passíveis de comparação (Tabela 4).

Tabela 4 - Teste de variância (Levene), 2014

F	df1	df2	Sig.
,715	60	61	,903

Fonte: Elaborada pela autora (2020)

Com base nos resultados obtidos, utilizamos a correlação de Spearman para analisar o nível de relacionamento entre as variáveis (Fincamp e Percvotos), assim como dos demais pares. Esses compostos por preditoras categóricas: Capital Social (CS) e Percentual de Votos (Percvotos); Capital Político (CP) e Percentual de Votos (Percvotos); Parentesco e Percentual de Votos (Percvotos). O resultado foi a demonstração de correlações positivas, de magnitudes moderadas, com significâncias (p-valor) $< 0,05$.

Abaixo, apresentamos a Tabela 5, com os valores do coeficiente de Spearman e o nível de significância das referidas relações.

Tabela 5 - Coeficientes de correlação para dados não paramétricos, 2014

	Variáveis de interesse	Coef. Spearman	p-valor
Correlações	X ₁ Fincamp	Percvotos (Y)	0,424
	X ₂ CS	Percvotos (Y)	0,672
	X ₃ CP	Percvotos (Y)	0,486
	X ₄ Parentesco	Percvotos (Y)	0,519

Fonte: Elaborada pela autora (2020)

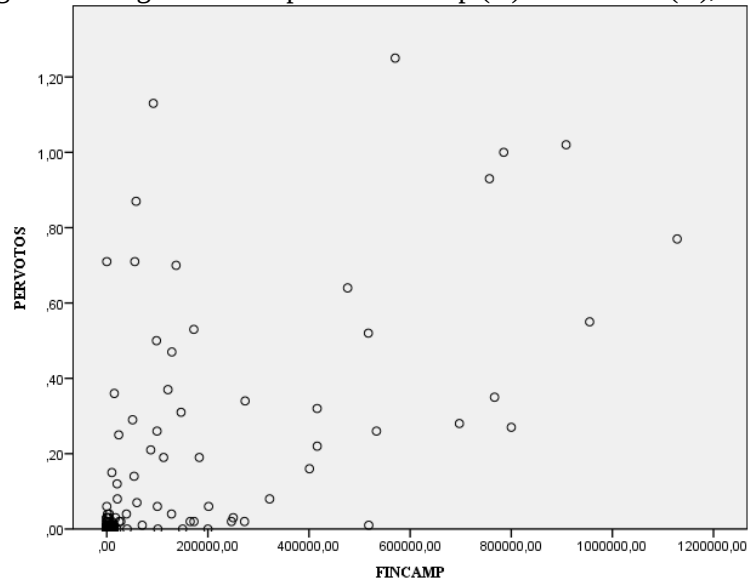
É possível perceber na Tabela 5 que a relação entre as variáveis CS – Percvotos foi a que demonstrou o maior nível de relacionamento (0,672). Portanto, podemos pressupor que dentre as variáveis preditoras aqui apresentadas, o Capital Social (CS) é a variável que melhor se relaciona com o aumento do percentual de votos, em 2014. Todas as relações possuem direção positiva.

4.3 ANÁLISE DOS RESÍDUOS E TESTES NÃO PARAMÉTRICOS – ELEIÇÕES 2018

A seguir, a Figura 9 apresenta o diagrama de dispersão dos pares de variáveis contínuas X Fincamp e Y Percvotos. A partir desse gráfico, calculou-se o coeficiente de correlação entre

as variáveis em questão, sendo esse: $r = ,646$, o que revela a existência de uma correlação moderada e positiva entre as variáveis, no ano de 2018.

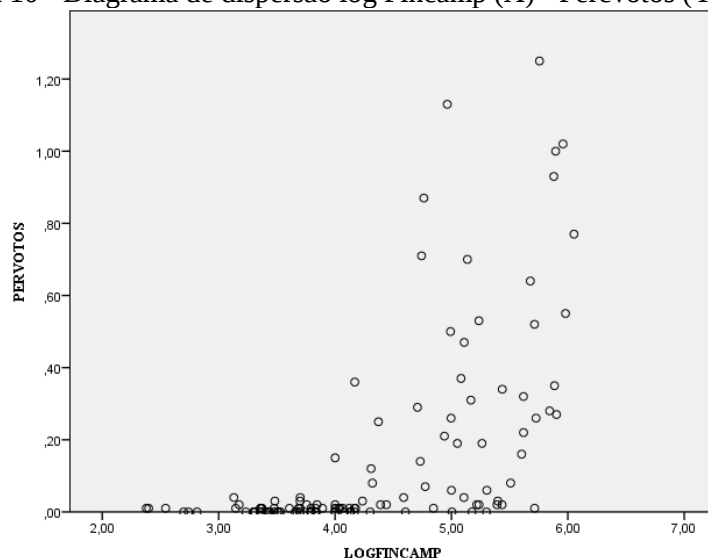
Figura 9 - Diagrama de dispersão Fincamp (X) - Percvotos (Y), 2018



Fonte: Elaborada pela autora (2020)

Analisando as disposições dos pontos no diagrama de dispersão dos pares (Fincamp – Percvotos), é possível pressupor a ausência de normalidade na distribuição. Os testes de normalidade (Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk), mesmo após logaritmização da variável independente (Fincamp), apresentaram um p-valor $< 0,05$, confirmando a violação do pressuposto de normalidade na distribuição dos dados, como pode ser observado na Figura 10.

Figura 10 - Diagrama de dispersão log Fincamp (X) - Percvotos (Y), 2018



Fonte: Elaborada pela autora (2020)

Em seguida, realizamos o teste de homogeneidade de variância, conforme Tabela 6. A partir do resultado, foi verificado que o p-valor (Sig) do teste é maior que o nível de significância escolhido de 5%, assim, não rejeitamos a hipótese de igualdade das variâncias.

H_0 : variância da amostra = as demais ($p > 0,05$)

H_a : variância da amostra $\neq$ das demais ($p < 0,05$)

Tabela 6 - Teste de variância (Levene), 2018

F	df1	df2	Sig.
,035	111	94	1,000

Fonte: Elaborada pela autora (2020)

O resultado apresentado no teste de homogeneidade contra a hipótese de que existe pelo menos uma variância diferente das demais não é significativo ($p > 0,05$). Portanto, as amostras são compatíveis e passíveis de comparação.

A ausência de normalidade na distribuição dos dados nos levou a adotar a correlação de Spearman para analisar o nível de relacionamento entre as variáveis (Fincamp e Percvotos). O resultado, disponível no Apêndice D, sugeriu uma correlação positiva, de magnitude moderada e significativa.

Nos demais pares, compostos pelas variáveis: Capital Social (CS) e Percentual de Votos (Percvotos); Capital Político (CP) e Percentual de Votos (Percvotos); Parentesco e Percentual de Votos (Percvotos), sendo as preditoras variáveis categóricas (não paramétricas), também, utilizamos o coeficiente de Spearman para analisar o nível de relacionamento entre elas. O resultado foi a demonstração de correlações positivas, de magnitudes moderadas, com significâncias (p-valor $< 0,05$).

Abaixo, apresentamos a Tabela 7, com os valores do coeficiente de Spearman e o nível de significância das referidas relações.

Tabela 7 - Coeficientes de correlação para dados não paramétricos, 2018

Variáveis de interesse		Coef. Spearman	p-valor
Correlações	X ₁ Fincamp	Percvotos (Y)	0,646
	X ₂ CS	Percvotos (Y)	0,618
	X ₃ CP	Percvotos (Y)	0,314
	X ₄ Parentesco	Percvotos (Y)	0,501

Fonte: Elaborada pela autora (2020)

É possível perceber na Tabela 7 que a relação entre as variáveis Fincamp – Percvotos foi a que demonstrou o maior nível de relacionamento (0,646). Portanto, podemos pressupor

que dentre as variáveis preditoras aqui apresentadas, o financiamento de campanha é a variável que melhor prediz o aumento do percentual de votos, em 2018. A diferença dos valores dos coeficientes dos pares Fincamp – Percvotos e CS – Percvotos, apresentados na correlação, é muito pequena, o que pode ser confirmado no processo de regressão linear.

4.4 RESUMO DOS RESULTADOS DAS CORRELAÇÕES

Conforme ano eleitoral, segue sumarização das variáveis que melhor se relacionaram com Y, com base no valor do coeficiente de correlação de Spearman.

- 2010 – a relação entre as variáveis Fincamp – Percvotos foi a que obteve maior valor do coeficiente de Spearman (0,745), sugerindo um relacionamento forte e positivo entre o financiamento de campanha e o percentual de votos.
- 2014 - a relação entre as variáveis CS – Percvotos foi a que demonstrou o maior nível de relacionamento (0,672), sendo esse moderado e positivo.
- 2018 - a relação entre as variáveis Fincamp – Percvotos foi a que demonstrou o maior nível de relacionamento (0,646), sendo essa moderado e positivo.
- Em todos os eventos analisados as relações alcançaram significância $<0,05$.
- A partir dos testes de normalidade, foi confirmada a impossibilidade de realização de testes paramétricos para avaliar a correlação entre as variáveis.
- Os gráficos de dispersão sugeriram a anormalidade na distribuição, bem como os histogramas apresentados no Apêndice E.

4.5 SAÍDAS REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA

No decorrer da pesquisa, foi percebido que os dados coletados permitiam uma análise de regressão, visando aproximar um modelo para melhor descrever o fenômeno, identificando, dentre as variáveis independentes, as que mais incidiam no aumento do percentual de votos.

A regressão linear é uma extensão da correlação. Enquanto na correlação investigamos se duas variáveis estão correlacionadas, na regressão a investigação se estende à capacidade que uma variável tem de prever a outra. Por meio disso, é possível extrair um modelo matemático capaz de descrever essa relação. Na regressão, a variável dependente (Y) é chamada de variável de saída, enquanto a independente (X) é chamada de previsor.

Como temos mais de uma variável independente, trabalharemos com a regressão linear múltipla, por acreditar que essa técnica estatística pode ser uma especificação adequada para

aproximar o modelo mais propício a identificar, dentre as variáveis disponíveis, quais delas têm a maior incidência sobre o aumento do percentual de votos.

Na seção anterior, realizamos os testes de normalidade e homogeneidade das amostras. Conforme os resultados obtidos, vimos que o requisito normalidade foi violado, no entanto, iremos forçar as saídas, a fim de obter o modelo mais adequado ao evento analisado.

Foi escolhido o método hierárquico de inserção das variáveis no software estatístico utilizado e, por meio de saídas forçadas, o financiamento de campanha (Fincamp) foi o primeiro modelo a ser montado, já que temos uma razão teórica¹⁶ para acreditar que é a preditora que mais interfere no percentual de votos (Percvotos). Iniciaremos a análise seguindo a cronologia dos fatos.

4.5.1 Resultados - eleições 2010

O método mínimo dos quadrados é aquele implementado no SPSS para estimar os coeficientes de regressão. Por meio dos modelos sugeridos, iniciaremos analisando os valores dos coeficientes de regressão (Tabela 8) e de variância (Anova), tendo como referência o *output* do SPSS, disponível no Apêndice E.

Tabela 8 - Resumo das estatísticas do modelo final ajustado - 2010

R^2	R^2 ajustado	Erro estimado
,748	,743	,14286

Fonte: Elaborada pela autora (2020)

- O modelo, conforme estatística da mudança, que melhor prevê a incidência de X em Y é o modelo 1 [$X_1 - Y$ (Fincamp – Percvotos)], considerando o valor do coeficiente de correlação $R^2 = ,748$, sugerindo o quanto construir o modelo 1 melhorou a capacidade de analisar o percentual de votos em 74%¹⁷.
- Com base nos testes de hipóteses realizados pela Anova, temos como resultado $p < 0,05$, confirmando a significância da inclusão da preditora Fincamp no modelo, sendo:

H_0 : o ajuste do modelo 1 = o ajuste do modelo sem previsor ($p > 0,05$)

¹⁶ Por meio da análise de correlação de Spearman, na seção anterior, é possível sugerir que a preditora Fincamp é a variável que demonstrou melhor grau de relacionamento com a variável de saída.

¹⁷ Há grande controvérsia atualmente quanto à utilidade do coeficiente de determinação. O consenso está de que não se pode avaliar a capacidade explicativa de um modelo de regressão a partir do r^2 . Contudo, o tamanho do r^2 pode servir como um indicador para avaliar em que medida a relação entre as variáveis pode ser descrita por uma função linear (FIGUEIREDO FILHO *et al.*, 2011).

H₁: o ajuste do modelo 1 $\neq$ o ajuste do modelo sem previsor ($p < 0,05$)

- Com base nisso, foi percebido que a análise de variância comparada ao modelo estimado é melhor do que o modelo com ausência de variável independente. O objetivo do teste é avaliar se algum dos coeficientes estimados (intercepto e coeficientes de regressão) é significativamente diferente de zero (FIGUEIREDO FILHO *et al.*, 2011). Assim, conforme estatísticas dos testes, os coeficientes estimados são significativamente diferentes de zero.
- Considerando os testes de hipóteses, sendo esses: H1: x₁ exerce um efeito positivo sobre y; H2: x₂ exerce um efeito positivo sobre y; H3: x₃ exerce um efeito positivo sobre y; H4: x₄ exerce um efeito positivo sobre y, os resultados do modelo 1, oferece evidência em favor das hipóteses de trabalho, apresentando especificações adequadas à regressão. Considerando que essas adequações não foram visualizadas nos demais modelos, rejeitamos H2, H3 e H4.

Finalizando a análise de 2010, podemos concluir que: foi utilizado a regressão linear múltipla para verificar se o financiamento de campanha, o capital social e político e o parentesco foram capazes de prever o aumento do percentual de votos em 2010, nas eleições para deputada estadual em Pernambuco. Dessa forma, a análise resultou em um modelo estatisticamente significativo, sendo esse o modelo 1, conforme o valor da Anova, que demonstrou que o referido modelo é melhor que o acaso, haja vista: **[F(df 1,57)= 168,991; p <0,005; R²=748]**.

Com isso, temos evidências teóricas e estatísticas para pressupor que o financiamento de campanha ($\beta = 0,865$; $t = 13,00$; $p < 0,05$) é o melhor previsor para explicar o aumento do percentual de votos, em 2010. Assim, com base na variável estatística de regressão ($Y = b_0 + b_1 \cdot x_1$), em que:

Y = variável de saída

b_0 = constante

b_1 = coeficiente de X₁

x₁ = preditora

Temos a equação matemática que descreve essa relação:

$$\text{Equação 2 – Equação da previsão (2010)} \\ [\text{Percvotos} = 0,32 + 1,762E-006 \cdot (\text{Fincamp})]$$

De acordo com as estimativas dos parâmetros do modelo, verificou-se que a variável Fincamp, referente ao financiamento de campanha, tem uma relação positiva com a variável

resposta, sugerindo que, à medida que o financiamento de campanha aumenta, incide progressivamente no percentual de votos.

4.5.2 Resultados eleições 2014

A primeira estatística de interesse a ser analisada é o coeficiente de determinação (r^2), conforme Tabela 9.

Tabela 9 - Resumo das estatísticas do modelo final ajustado - 2014

R^2	R^2 ajustado	Erro estimado
,936	,935	, 0,7340

Fonte: Elaborada pela autora (2020)

Visto que vários conceitos e justificativas já foram apresentados na análise das eleições de 2010, aqui seremos mais sucintos, evitando redundâncias. Vale salientar que a saída referente à presente análise pode ser visualizada no Apêndice E. Dito isso, segue a apreciação dos modelos sugeridos.

- O modelo, conforme estatística da mudança, que melhor prevê a incidência de X em Y é o modelo 3, com as preditoras Fincamp – CS – Parentesco, considerando o valor do coeficiente de correlação $R^2 = ,936$, sugerindo o quanto construir o referido modelo melhorou a capacidade de analisar o percentual de votos em 94%.
- Considerando os testes de hipóteses realizados pela Anova, temos como resultado $p < 0,05$, confirmando a significância da inclusão das preditoras no modelo. Dessa forma, rejeitamos a hipótese nula de igualdade no ajuste. Com isso, a análise de variância comparada ao modelo estimado é melhor do que o modelo com ausência das variáveis independentes.
- Com base nos testes de hipóteses, sendo esses: H1: x_1 exerce um efeito positivo sobre Y; H2: x_2 exerce um efeito positivo sobre y; H3: x_3 exerce um efeito positivo sobre y; H4: x_4 exerce um efeito positivo sobre y, os resultados do modelo 3 oferecem evidência em favor das hipóteses de trabalho, apresentando especificações adequadas à regressão, exceto no modelo 4, cujo valor de $p > 0,05$. Diante disso, rejeitamos H4.

Finalizando a análise, podemos concluir que: foi utilizada a regressão linear múltipla para verificar se o financiamento de campanha, o capital social e político e o parentesco foram capazes de prever o aumento do percentual de votos no ano de 2014, nas eleições para deputada estadual em Pernambuco. Dessa forma, a análise resultou em um modelo estatisticamente

significativo, sendo esse o modelo 3, conforme o valor da Anova, que demonstrou que o referido modelo é melhor que o acaso, haja vista: $[F(3,118)= 580,079; p <0,005; R^2=936]$.

Com isso, temos evidências teóricas e estatísticas para pressupor que o financiamento de campanha ($\beta=0,710$; $t= 20,996$; $p<0,05$); o parentesco ($\beta=0,242$; $t=6,818$; $p<0,05$) e o capital social ($\beta=0,105$; $t=3,389$; $p<0,05$) são os previsores que melhor explicam o aumento do percentual de votos, em 2014.

Assim, com base na variável estatística de regressão ($Y = b_0 + b_1.x_1+b_2.x_2+b_3.x_3$), temos a equação matemática que descreve essa relação, sendo:

$$\begin{aligned} &\text{Equação 3 – Equação da previsão (2014)} \\ &[\text{Percvotos} = ,001 + 1,164. (\text{Fincamp}) + 0,253. (\text{Parentesco}) + \\ &0,85. (\text{CS})] \end{aligned}$$

De acordo com as estimativas dos parâmetros do modelo, verificou-se que as variáveis Fincamp, Parentesco e CS, referentes ao financiamento de campanha, parentesco e capital social, têm uma relação positiva e diretamente proporcional com a variável resposta (percentual de votos).

4.5.3 Resultados eleições 2018

A primeira estatística de interesse a ser analisada é o coeficiente de determinação (r^2), conforme Tabela 10. Destacamos que a saída referente à presente análise pode ser visualizada no Apêndice E. Dito isso, segue a apreciação dos modelos sugeridos.

Tabela 10 - Resumo das estatísticas do modelo final ajustado - 2018

R^2	R^2 ajustado	Erro estimado
,590	,584	,14173

Fonte: Elaborada pela autora (2020)

Conforme estatística da mudança, o modelo que melhor prevê a incidência de X em Y é o modelo 3, com as preditoras Fincamp – CS – Parentesco, considerando o valor do coeficiente de correlação $R^2 = ,590$, sugerindo o quanto construir o referido modelo melhorou a capacidade de analisar o percentual de votos em 59%.

- Com base nos testes de hipóteses realizados pela Anova, temos como resultado $p<0,05$, confirmando a significância da inclusão das preditoras no modelo. Dessa forma, rejeitamos a hipótese nula de igualdade no ajuste. Com isso, a análise de

variância comparada ao modelo estimado é melhor do que o modelo com ausência das variáveis independentes.

- Considerando os testes de hipóteses, sendo esses: H1: x1 exerce um efeito positivo sobre Y; H2: x2 exerce um efeito positivo sobre y; H3: x3 exerce um efeito positivo sobre y; H4: x4 exerce um efeito positivo sobre y, os resultados do modelo 3 oferecem evidência em favor das hipóteses de trabalho, apresentando especificações adequadas à regressão, exceto no modelo 4, cujo valor é $p > 0,05$. Diante disso, rejeitamos H4.

Finalizando a análise, podemos concluir que: foi utilizada a regressão linear múltipla para verificar se o financiamento de campanha, o capital social e político e o parentesco foram capazes de prever o aumento do percentual de votos no ano de 2018, nas eleições para deputada estadual em Pernambuco. Dessa forma, a análise resultou em um modelo estatisticamente significativo, sendo esse o modelo 3, conforme o valor da Anova, que demonstrou que o referido modelo é melhor que o acaso, haja vista: **[F(3,206)= 98,780; p <0,005; R²=590]**.

Com isso, temos evidências teóricas e estatísticas para pressupor que o financiamento de campanha ($\beta=0,234$; $t= 3,501$; $p<0,05$); o parentesco ($\beta=0,454$; $t=7850$; $p<0,05$) e o capital político ($\beta=0,234$; $t=0,4241$; $p<0,05$) são os previsores que melhor explicam o aumento do percentual de votos, em 2014.

Assim, com base na variável estatística de regressão ($Y = b_0 + b_1.x_1 + b_2.x_2 + b_3.x_3$), Temos a equação matemática que descreve essa relação, sendo:

$$\begin{aligned} &\text{Equação 3 – Equação da previsão (2018)} \\ &[\text{Percvotos} = ,024 + 0,2733. (\text{Fincamp}) + 0,313. (\text{Parentesco}) + \\ &\quad 0,286. (\text{CP})] \end{aligned}$$

De acordo com as estimativas dos parâmetros do modelo, verificou-se que a variáveis Fincamp, Parentesco, e CP que, respectivamente, se referem ao financiamento de campanha, ao parentesco e ao capital político, têm uma relação positiva e diretamente proporcional com a variável resposta (percentual de votos)

4.6 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Por meio das saídas apresentadas na regressão, em 2010, de acordo com as estimativas dos parâmetros do modelo sugerido, verificou-se que a variável Fincamp, referente ao financiamento de campanha, tem uma relação positiva com a variável resposta, sugerindo que,

à medida que o financiamento de campanha aumenta, incide progressivamente no percentual de votos.

Já em 2014, o resultado da análise da relação entre as variáveis trabalhadas, demonstrou que as preditoras Fincamp, Parentesco e CS, que dizem respeito ao financiamento de campanha, parentesco e capital social, têm uma relação positiva e diretamente proporcional com a variável resposta (percentual de votos).

Quanto aos resultados referentes ao ano de 2018, podemos destacar que, conforme as estimativas dos parâmetros do modelo de regressão, as variáveis Fincamp, Parentesco, e CP que, respectivamente, se referem ao financiamento de campanha, ao parentesco e ao capital político, têm uma relação positiva e diretamente proporcional com a variável resposta (percentual de votos).

Dessa forma, considerando os resultados da correlação e regressão estatisticamente significativos, podemos pressupor que a presença dos atributos, como os aqui trabalhados, faz diferença no resultado eleitoral, incidindo no percentual de votos, sendo o financiamento de campanha o que mais se destaca nas análises. Com isso, temos como verdadeira a hipótese apresentada.

É bem verdade que não apenas as variáveis apresentadas são suficientes para definir o sucesso eleitoral, por meio do aumento do percentual de votos. No entanto, o estudo em questão e a literatura que trata sobre o tema (SACCHET, 2009 e 2012; SACCHET E SPECK, 2010; MIGUEL, 2003; SANCHES, 2017; OLIVEIRA *et al.*, 2020) apresentam argumentos teóricos e quantitativos que sugerem que tais fatores podem favorecer aos que os possuem, operando como catalizadores e recursos eleitorais produtivos.

Considerando todo o contexto histórico e cultural que envolve a luta das mulheres pelo direito ao voto e as possibilidades reais de serem votadas, concluímos que tais atributos podem trazer um resultado significativo na disputa eleitoral, colocando à frente quem os detém.

É importante destacar as limitações que estão presente no referido estudo. Buscando diminuir o número de *outliers* na distribuição dos dados, eliminamos os dados referentes a uma candidata, no ano de 2018, que não se “encaixava” às características analisadas, visto que a permanência da mesma provocava um desvio significativo, já que mesmo sem possuir os atributos esperados, alcançou um dos maiores percentuais de votos, mesmo não recebendo o maior valor de arrecadação.

Com isso, foi observado que em pesquisa futura sobre o tema haverá a necessidade de identificar e ampliar os atributos, contemplando o maior número de candidatas. Além disso, foi

identificada a necessidade de incluir os homens, enquanto candidatos ao mesmo cargo, verificando se esses também são favorecidos pelos mesmos atributos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação feminina nos espaços políticos foi e continua sendo tema de várias pesquisas e análises. Apesar de vários ganhos legais, por meio de políticas afirmativas e mecanismos institucionais, as mulheres ainda são minorias nas esferas de poder e decisão política, mesmo sendo mais da metade do eleitorado brasileiro.

Nessa construção, o público e o privado têm seu protagonismo, sobretudo, na forma de como a política tratava os assuntos relacionados às mulheres e as formas de poder que eram utilizadas para manter um sistema de pensamento centrado no masculino, principalmente dentro da família.

Destinadas ao espaço privado e alijadas da esfera pública, às mulheres foram negados os direitos civis e políticos por muito tempo, sendo o último grupo a alcançar o direito ao sufrágio universal. Essa construção do feminino destinou à mulher um papel social diferente dos homens, refletindo não só nas suas predisposições para se envolverem com a política, mas também nos tipos e o formato de redes de relações dos quais ambos tendem a fazer parte.

Possuir recursos políticos que favoreçam o ingresso à vida pública, pode estar atrelado à forma associativa e de relacionamentos que cada um se envolve, o que pode implicar no sucesso ou fracasso de uma carreira política.

Oliveira *et al.* (2020) demonstraram, por meio da estatística descritiva, a possibilidade de fatores como o capital social, o capital familiar e, sobretudo, o capital econômico refletirem positivamente na probabilidade de eleição para o cargo de deputada estadual. Sacchet (2009) destaca que fatores culturais, particularmente aqueles relacionados à cultura política e ao capital social, beneficiam indiscriminadamente membros de determinadas comunidades, fortalecendo-os politicamente. Após análise dos dados, a autora identificou que os diferentes papéis sociais desempenhados por homens e mulheres nos espaços públicos e privados tendem a ser reproduzidos nos espaços associativos cívicos, e são refletidos nos tipos de associações e nas temáticas que são priorizadas por homens e por mulheres.

Sacchet e Speck (2010) trazem à tona a discussão sobre a relação do financiamento de campanha e o desempenho eleitoral, considerando o reflexo disso nos níveis de igualdade política entre grupos e o quanto essa lógica discriminativa reflete na inserção e sucesso das mulheres na política, fomentando a sub-representação feminina nas arenas de poder.

Diante das oportunidades desiguais para participação política, pressupomos que candidatas que possuem determinados atributos, que mobilizem recursos políticos favoráveis à

sua candidatura, são capazes de alcançar um percentual maior de votos, sendo esses recursos: capital social, capital político, parentesco e um financiamento de campanha significativo.

A nossa busca por informações para confirmar tais conjecturas ultrapassou os espaços públicos virtuais, como sites do TRE, TSE e plataforma específica de prestações de contas. Estendemos a busca em sites e páginas pessoais, blogs locais, artigos e revistas de nível reconhecido e confiável, para identificar os referidos atributos em cada candidata registrada para concorrer às eleições nos anos de 2010, 2014 e 2018, na disputa por um assento na Assembleia Legislativa de Pernambuco. Os anos em destaque foram escolhidos considerando pleitos posteriores à promulgação da Lei nº 12.034/2009.

Assim, evitando levantar a discussão sobre o aumento ou não da participação feminina, após a obrigatoriedade da Lei, focamos na disputa eleitoral entre entes do mesmo gênero, que possuíam recursos eleitorais e oportunidades políticas diferentes, bem como características que podem ou não favorecer o ingresso à vida pública.

Para tanto, por meio da regressão linear múltipla, verificamos que em termos de significância estatística o financiamento de campanha prevê melhor o aumento do percentual de votos. Forçando as entradas, obtivemos um modelo hierárquico, sugestivo para concluirmos que todas as preditoras, sozinhas, não são capazes de prever o fenômeno analisado. Porém, a inserção dessas no resultado demonstrou melhoria do modelo de regressão.

Vimos que nem sempre a candidata que recebe o maior valor de recurso financeiro é a que recebe o maior percentual de votos. Porém, na maioria dos casos, as que receberam o maior percentual de votos conseguiram arrecadações significativas.

As eleições de 2018 apresentaram particularidades que fugiram do *modus operandi* das anteriores analisadas. Nesse ano, houve candidatas com perfil que fugiu dos parâmetros dos atributos analisados, que alcançaram um percentual considerável de votos, arrecadando valores inferiores ao mais significativo. Isso nos leva a perceber que outros fatores vêm se destacando de forma latente, favorecendo o aumento do percentual de votos.

2018 nos apresentou um ensaio de que estudos futuros sobre o tema precisam abarcar novos atributos em suas inferências, procurando estabelecer a melhor forma de estimá-los como previsores de fenômenos inerentes à participação e representação política feminina.

Além do mais, a 19ª legislatura da Assembleia Legislativa de Pernambuco, composta por 49 candidatos e candidatas eleitas, no ano de 2018, teve a maior bancada feminina de toda a sua história: dez candidatas mulheres foram eleitas para ocupar parte das cadeiras. O dobro

da quantidade do ano de 2014, o que corresponde a mais de 20%, ficando acima da média nacional nas assembleias, que é de 15%¹⁸.

¹⁸ Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/audioalepe/bancada-feminina-eleita-para-a-alepe-e-a-maior-da-historia/>. Acesso em: 12 jul. 2020.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Antônia de; ELIAN, Silvia; NOBRE, Juvêncio. Modificações e alternativas aos testes de Levene e de Brown e Forsythe para igualdade de variâncias e médias. **Revista Colombiana de Estadística**, Bogotá, v. 31, n. 2, p. 241-260, dez. 2008. Semestral. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/41465/1/2008_art_aalmeida.pdf. Acesso em: 19 out. 2020.
- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. **Dados**, [S.L.], v. 51, n. 4, p. 895-939, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0011-52582008000400004>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. Cap. 6. p. 9-412.
- ARAUJO, Clara; ALVES, José Eustáquio Diniz. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições. **Dados**, [S.L.], v. 50, n. 3, p. 535-577, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0011-52582007000300004>. Acesso em: 6 maio 2019.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO. **Bancada feminina eleita para a Alepe é a maior da história**. 08 out 2018. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/audioalepe/bancada-feminina-eleita-para-a-alepe-e-a-maior-da-historia/>. Acesso em: 12 jul. 2020.
- ASSIS, Izadora Lincoln de. Representação feminina e financiamento de campanhas: histórico recente e novas perspectivas à luz da reforma eleitoral de 2015. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 14-38, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revce/article/view/5044>. Acesso em: 16 out. 2019.
- BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, [S.L.], n. 21, p. 83-108, nov. 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44782003000200007>. Acesso em: 30 ago. 2019.
- BOLOGNESI, Bruno. A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral? **Paraná Eleitoral: Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política**, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 113-129, jun. 2012. Disponível em: revistas.ufpr.br/pe/article/view/42736/25894. Acesso em: 21 maio 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. 251 p. Organização: Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1983. 313 p. TRADUÇÃO FERANDO TOMAZ.
- BRASIL. **Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9100.htm. Acesso em: 05 set. 2018.
- BRASIL. **Emenda Constitucional nº 97, de 4 de outubro de 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc97.htm. Acesso em: 17 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13165.htm. Acesso em: 27 jul. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 30 jul. 2020.

CÂMARA FEDERAL, **PL 783/1995 - Projeto de Lei. 1995**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=182361>. Acesso em: 05 set. 2018;

COLEMAN, James S. Social Capital in the Creation of Human Capital. **The American Journal of Sociology**, [s. l], v. 94, p. 95-120, 1988. Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2780243>. Acesso em: 19 mar. 2019.

COSTA, Marli M. M. da; SCHWINN, Simone Andrea. **O capital social feminino como indutor de políticas públicas: a importância do poder local**. VII Mostra de Trabalho Jurídico Científico, São Carlos, p. 1-16, 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/viewFile/13076/2286>. Acesso em: 18 jun. 2019.

ESPÍRITO-SANTO, Helena; DANIEL, Fernanda. Calcular e apresentar tamanhos do efeito em trabalhos científicos (2): guia para reportar a força das relações. **Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social, Coimbra**, v. 3, n. 1, p. 53-64, 2017. Disponível em: <https://rpics.ismt.pt/index.php/ISMT/article/view/48>. Acesso em: 22 ago. 2020.

FERRAREZI, Elisabete. Capital social: conceitos e contribuições às políticas públicas. **RSP: Revista do Serviço Público**, [s. l], v. 54, n. 4, p. 1-16, 2003. Anual. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/273>. Acesso em: 23 set. 2019.

FERREIRA, Juliana Carvalho; PATINO, Cecilia Maria. O que realmente significa o valor-p? **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, [S.L.], v. 41, n. 5, p. 485-485, out. 2015. Disponível em: FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1806-37132015000000215>. Acesso em: 30 set. 2020.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; SILVA JÚNIOR, José Alexandre da. Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**, Recife, v. 18, n. 1, p. 115-146, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/viewFile/3852/3156>. Acesso em: 05 jun. 2020.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson; NUNES, Felipe; ROCHA, Enivaldo Carvalho da; SANTOS, Manoel Leonardo; BATISTA, Mariana; SILVA JÚNIOR, José Alexandre. O que fazer e o que não fazer com a regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de mínimos quadrados ordinários (MQO). **Revista Política Hoje**, Recife, v. 20, n. 1, p. 44-99, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3808>. Acesso em: 20 out. 2020.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013. 256 p. Tradução Magda Lopes; revisão técnica: Dirceu da Silva.

FOX, Richard L.; LAWLESS, Jennifer L. Entrando na arena? gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S.L.], n. 8, p. 129-163, ago. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-33522012000200006>.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 190 p.

HAIR JUNIOR, Joseph F. *et al.* **Análise Multivariada de Dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. 688 p. Tradução Adonai Schlup Sant'Anna.

JUSTIÇA ELEITORAL. **#Participa Mulher**. Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/participa-mulher/>. Acesso em: 17 maio 2020.

LIRA, Sachiko Araki; CHAVES NETO, Anselmo. Coeficientes de correlação para variáveis ordinais e dicotômicas derivados do coeficiente linear de Pearson. **Ciência e Engenharia, Uberlândia**, v. 15, n. 1/2, p. 45-53, 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cieng/article/view/529>. Acesso em: 03 maio 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, [S.L.], n. 20, p. 115-134, jun. 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44782003000100010>. Acesso em: 27 dez. 2019.

MIGUEL, Luís Felipe. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 18, n. 51, p. 123-140, fev. 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69092003000100009>. Acesso em: 15 ago. 2019.

MIGUEL, Luiz Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. 152 p.

MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 33-63, mar. 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-62762005000100002>. Acesso em: 18 maio 2019.

MORETTIN, Pedro A.; BUSSAB, Wilton de O. **Estatística básica**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 540 p.

NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. Herança familiar na política: retrato dos limites da democracia no Brasil contemporâneo. **Revista Katálisis**, [S.L.], v. 20, n. 3, p. 430-438, dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592017v20n3p430>. Acesso em: 10 set. 2019.

OLIVEIRA, Michelle Vieira Fernandez de; LIMA, Alexciane Assis de; BARROS, Ana Tereza Duarte Lima de; NASCIMENTO, Luma Neto do. Como são Eleitas as Mulheres? uma análise sobre fatores que incidem na eleição de deputadas na Assembleia Legislativa de Pernambuco. **Estudos Eleitorais**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 142-167, 2020. Edição Especial. Disponível em: https://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/estudos_eleitorais/estudos_eleitorais_v14-n. Acesso em: 10 set. 2020.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. **Sociologias**, [S.L.], n. 18, p. 150-169, dez. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-45222007000200008>. Acesso em: 13 set. 2019.

PEREIRA, André da Silva *et al.* **Regressão Linear Múltipla: como simplificar por meio do excel e SPSS? Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo**, 2019. 66 p. Texto para discussão.

Disponível em: https://www.upf.br/_uploads/Conteudo/cepeac/textos-discussao/texto-01-2019.pdf. Acesso em: 07 nov. 2019.

PHILLIPS, Anne. De uma política de idéias a uma política de presença? **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2001000100016>. Acesso em: 28 mar. 2019.

PIKTIN, Hanna F. **The Concept of Representation**. California: Nenhum E-Book Disponível University of California Pr, 1967. 323 p.

PIMENTEL, Vanuccio Medeiros. **A primazia dos clãs: a família na política nordestina**. 2014. 113 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Cap. 5. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14236>. Acesso em: 14 jun. 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>. Acesso em: 20 maio 2019.

PUTNAM, Robert D.; LEONARDI, Robert; NANETTI, Raffaella Y. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 260 p. Tradução Luiz Alberto Monjardim.

RODRIGUES, Ricardo José Pereira. A evolução da política de cota de gênero na legislação eleitoral e partidária e a sub-representação feminina no parlamento brasileiro. **Revista eletrônica de direito e política**, Itajaí, v. 12, n. 1, p. 1-25, 2017. Quadrimestral. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica. Acesso em: 20 maio 2019.

SACCHET, Teresa. Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Opinião Pública**, [S.L.], v. 15, n. 2, p. 306-332, nov. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-62762009000200002>. Acesso em: 22 mar. 2019.

SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 399-431, ago. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2012000200004>. Acesso em: 17 mar. 2019.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 177-197, jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/op/v18n1/v18n1a09.pdf>. Acesso em: 6 set. 2019.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno. Dinheiro e sexo na política brasileira: financiamento de campanha e desempenho eleitoral em cargos legislativos. In: DINIZ, José Eustáquio Alves; JARDIM, Celi Regina; JORDÃO, Fátima (org.). **Mulheres nas eleições de 2010**. São Paulo: ABCP, 2012. p. 417-452. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4034>. Acesso em: 07 ago. 2019.

SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. Representação política das mulheres: uma revisão crítica da bibliografia. **BIB Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, v. 80, p. 103-117, 2015. Semestral. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-80/10559-representacao-politica-das-mulheres-uma-revisao-critica-da-bibliografia/file>. Acesso em: 12 jun. 2019.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC). Música do Nordeste: Lia de Itamaracá e Conjunto. **Projeto Sonora Brasil – Regiões**, jul./ago., 2003. Sesc Regional.

SOARES, Ilton G. Autocorrelação. FGV, [s. l.], p. 1-20, 2008. Notas de Aula - Autocorrelação. Disponível em: <https://epge.fgv.br/we/MFEE/Econometria/2008?action=AttachFile&do=get&target=autocorr.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, **STF decide que campanhas de candidatas terão mais recursos na eleição deste ano**. 03 out. 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=391666&tip=UN>. Acesso em: 10 fev. 2020.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, **Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 4650**. 08 mar. 2016. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4136819>. Acesso em: 27 jul.2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, **Partidos e coligações devem estar alertas para cotas de gênero nas candidaturas**. 24. jun. 2014. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Junho/partidos-e-coligacoes-devem-estar-alertas-para-cotas-de-genero-nas-candidaturas>. Acesso em: 05 set. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, **Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil é comemorado nesta segunda (24)**. 24 fev. 2020. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Fevereiro/dia-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil-e-comemorado-nesta-segunda-24-1>. Acesso em: 17 maio 2020.

UNIÃO INTERPARLAMENTAR – IPU. **Igualdade de gênero**. Disponível em: <https://data.ipu.org/women-ranking?month=10&year=2020>. Acesso em: 16 set. 2020.

VIEIRA, Sonia. **Análise de Variância**. 2016. Disponível em: <http://soniavieira.blogspot.com/2016/12/teste-de-levene-para-homocedasticia.html>. Acesso em: 12 out. 2020.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [S.L.], n. 67, p. 139-190, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-64452006000200006>. Acesso em: 14 ago. 2019.

APÊNDICE A – TESTES DE NORMALIDADE DAS AMOSTRAS (2010, 2014 E 2018)

Tabela 8 - Teste de normalidade da distribuição Variável FINCAMP (2010)

Variável	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
FINCAMP	,387	59	,000	,550	59	,000

Fonte: Adaptação da autora.

Tabela 9 - Teste de normalidade da distribuição variável logFINCAMP (2010)

Variável	Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
logFINCAMP	,192	37	,001	,862	37	,000

Fonte: Adaptação da autora.

Tabela 10 - Teste de normalidade da distribuição variável FINCAMP (2014)

Variável	Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
FINCAMP	,429	122	,000	,306	122	,000

Fonte: Adaptação da autora.

Tabela 11 - Teste de normalidade da distribuição variável logFINCAMP (2014)

Variável	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
LOGFINCAMP	,146	84	,000	,947	84	,002

Fonte: Adaptação da autora.

Tabela 12 - Teste de normalidade da distribuição variável FINCAMP (2018)

Variável	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
FINCAMP	,371	210	,000	,454	210	,000

Fonte: Adaptação da autora.

Tabela 13 - Teste de normalidade da distribuição variável logFINCAMP (2018)

Variável	Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
LOGFINCAMP	,117	127	,000	,957	127	,000

Fonte: Adaptação da autora.

APÊNDICE B – COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO (2010)

Tabela 14 - Coeficientes de Correlação Spearman's rho (PERCVOTOS – FINCAMP), 2010

Correlação	Coeficientes		FINANCIAMENTO	PERCVOTOS
Spearman's rho	FINCAMP	Correlation Coefficient	1,000	,745
		Sig. (2-tailed)	.	,000
		N	59	59
	PERCVOTOS	Correlation Coefficient	,745	1,000
		Sig. (2-tailed)	,000	.
		N	59	59

Fonte: Adaptação da autora.

Tabela 15 - Coeficientes de Correlação Spearman's rho (PERCVOTOS – CS), 2010

Correlação	Coeficientes		FINANCIAMENTO	PERCVOTOS
Spearman's rho	PERCVOTOS	Correlation Coefficient	1,000	,522
		Sig. (2-tailed)	.	,000
		N	59	59
	CS	Correlation Coefficient	,522	1,000
		Sig. (2-tailed)	,000	.
		N	59	59

Fonte: Adaptação da autora

Tabela 16 - Coeficientes de Correlação Spearman's rho (PERCVOTOS – CP), 2010

Correlação	Coeficientes		FINANCIAMENTO	PERCVOTOS
Spearman's rho	PERCVOTOS	Correlation Coefficient	1,000	,525
		Sig. (2-tailed)	.	,000
		N	59	59
	CP	Correlation Coefficient	,525	1,000
		Sig. (2-tailed)	,000	.
		N	59	59

Fonte: Adaptação da autora

Tabela 17 - Coeficientes de Correlação Spearman's rho (PERCVOTOS – PARENTESCO),
2010

Correlação	Coeficientes		FINANCIAMENTO	PERCVOTOS
Spearman's rho	PERCVOTOS	Correlation Coefficient	1,000	,496
		Sig. (2-tailed)	.	,000
		N	59	59
	PARENTESCO	Correlation Coefficient	,496	1,000
		Sig. (2-tailed)	,000	.
		N	59	59

Fonte: Adaptação da autora

APÊNDICE C – COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO (2014)

Tabela 18 - Coeficientes de Correlação Spearman's rho (PERVOTOS - FINCAMP), 2014

Correlação	Coeficientes		FINANCIAMENTO	PERCVOTOS
Spearman's rho	FINCAMP	Correlation Coefficient	1,000	,424
		Sig. (2-tailed)	.	,000
		N	122	122
	PERCVOTOS	Correlation Coefficient	,424	1,000
		Sig. (2-tailed)	,000	.
		N	122	122

Fonte: Adaptação da autora

Tabela 19 - Coeficientes de Correlação Spearman's rho (PERCVOTOS – CS), 2014

Correlação	Coeficientes		FINANCIAMENTO	PERCVOTOS
Spearman's rho	PERCVOTOS	Correlation Coefficient	1,000	,672
		Sig. (2-tailed)	.	,000
		N	122	122
	CS	Correlation Coefficient	,672	1,000
		Sig. (2-tailed)	,000	.
		N	122	122

Fonte: Adaptação da autora

Tabela 20 - Coeficientes de Correlação Spearman's rho (PERCVOTOS – CP), 2014

Correlação	Coeficientes		FINANCIAMENTO	PERCVOTOS
Spearman's rho	PERCVOTOS	Correlation Coefficient	1,000	,486
		Sig. (2-tailed)	.	,000
		N	122	122
	CP	Correlation Coefficient	,486	1,000
		Sig. (2-tailed)	,000	.
		N	122	122

Fonte: Adaptação da autora

Tabela 21 - Coeficientes de Correlação Spearman's rho (PERCVOTOS – PARENTESCO),
2014

Correlação	Coeficientes		FINANCIAMENTO	PERCVOTOS
Spearman's rho	PERCVOTOS	Correlation Coefficient	1,000	,519
		Sig. (2-tailed)	.	,000
		N	122	122
	PARENTESCO	Correlation Coefficient	,519	1,000
		Sig. (2-tailed)	,000	.
		N	122	122

Fonte: Adaptação da autora

APÊNDICE D – COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO (2018)

Tabela 22 - Coeficientes de Correlação Spearman's rho (PERVOTOS - FINCAMP)

Correlação	Coeficientes		FINANCIAMENTO	PERCVOTOS
Spearman's rho	FINCAMP	Correlation Coefficient	1,000	,646
		Sig. (2-tailed)	.	,000
		N	210	210
	PERVOTOS	Correlation Coefficient	,646	1,000
		Sig. (2-tailed)	,000	.
		N	210	210

Fonte: Adaptação da autora

Tabela 23 - Coeficientes de Correlação Spearman's rho (PERCVOTOS – CS)

Correlação	Coeficientes		FINANCIAMENTO	PERCVOTOS
Spearman's rho	PERVOTOS	Correlation Coefficient	1,000	,618
		Sig. (2-tailed)	.	,000
		N	210	210
	CS	Correlation Coefficient	,618	1,000
		Sig. (2-tailed)	,000	.
		N	210	210

Fonte: Adaptação da autora

Tabela 24 - Coeficientes de Correlação Spearman's rho (PERCVOTOS – CP)

Correlação	Coeficientes		FINANCIAMENTO	PERCVOTOS
Spearman's rho	PERVOTOS	Correlation Coefficient	1,000	,315
		Sig. (2-tailed)	.	,000
		N	210	210
	CP	Correlation Coefficient	,315	1,000
		Sig. (2-tailed)	,000	.
		N	210	210

Fonte: Adaptação da autora

Tabela 25 - Coeficientes de Correlação Spearman's rho (PERCVOTOS – PARENTESCO)

Correlação	Coeficientes		FINANCIAMENTO	PERCVOTOS
Spearman's rho	PERVOTOS	Correlation Coefficient	1,000	,498
		Sig. (2-tailed)	.	,000
		N	210	210
	PARENTESCO	Correlation Coefficient	,498	1,000
		Sig. (2-tailed)	,000	.
		N	210	210

Fonte: Adaptação da autora

APÊNDICE E - SUMÁRIO DOS MODELOS DE REGRESSÃO

Tabela 26 - Saídas SPSS, Regressão Linear Múltipla, 2010

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
Constante	0,032	0,022	0,015	0,012
X1(FINCAMP)	0,865	0,783	0,702	0,666
X2 (PARENTESCO)		0,143	0,117	0,041
X3 (CS)			0,174	0,175
X4 (CP)				0,14
N	59	59	59	59
R2	0,748	0,761	0,782	0,792
R2 ajustado	0,743	0,753	0,770	0,776
Erro padrão	0,14286	0,14016	0,13513	0,13343
F	168,991	89,386	65,859	51,264
df	(1 – 57)	(1 – 56)	(1 – 55)	(1 – 54)
p valor	0,000	0,078	0,026	0,126

Fonte: Adaptação da autora

Tabela 27 - Saídas SPSS, Regressão Linear Múltipla, 2014

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
Constante	0,015	0,007	0,001	0,001
X1(FINCAMP)	0,943	0,738	0,710	0,719
X2 (PARENTESCO)		0,289	0,242	0,237
X3 (CS)			0,105	0,145
X4 (CP)				-0,058
N	122	122	122	122
R2	0,889	0,930	0,936	0,938
R2 ajustado	0,888	0,929	0,935	0,936
Erro padrão	0,09645	,07657	,07340	0,07278
F	956,280	794,368	580,079	443,290
df	(1 – 120)	(1 – 119)	(1 – 118)	(1 – 117)
p valor	0,000	0,000	0,001	0,085

Fonte: Adaptação da autora

Tabela 28 - Saídas SPSS, Regressão Linear Múltipla, 2018

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
Constante	0,032	0,021	0,024	0,017
X1(FINCAMP)	0,660	0,378	0,234	0,211
X2 (PARENTESCO)		0,445	0,454	0,439
X3 (CP)			0,234	0,228
X4 (CS)				0,079
N	210	210	210	210
R2	0,436	0,554	0,590	0,595
R2 ajustado	0,433	0,550	0,584	0,587
Erro padrão	0,16539	0,14743	0,14173	0,14124
F	160,913	128,621	98,78	75,215
df	(1 – 208)	(1 – 207)	(1 – 206)	1 - 205
p valor	0,000	0,000	0,000	0,119

Fonte: Adaptação da autora